



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Daniela Filipa Oliveira Ferreira

INFLUÊNCIA DO CONTÁGIO SOCIAL NA EVOCAÇÃO DE CENAS:
Estudo com o paradigma do contágio social mediante dois tipos de
protocolos de participantes hipotéticos (*credível versus não credível*)

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia
Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense orientada pela
Professora Doutora Maria Salomé Estima de Pinho e apresentada à Faculdade de
Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019

Influência do contágio social na evocação de cenas: Estudo com o paradigma do contágio social mediante dois tipos de protocolos de participantes hipotéticos (credível *versus* não credível)

Resumo

O efeito do contágio social poderá ser um inimigo de depoimentos legais, tornando-os duvidosos, na medida em que pode perpetuar a presença de memórias falsas em testemunhas previamente expostas a informação errada sobre o evento em questão. O presente estudo exploratório pretende iniciar a discussão sobre este aspeto no contexto forense em Portugal. Através do Paradigma do Contágio Social (PCS), 70 jovens, entre os 15 e os 19 anos, foram expostos a informação enganosa sobre duas cenas típicas de uma casa (quarto e secretária), com o objetivo principal de se obter o efeito do contágio social. A informação enganosa provinha da apresentação de dois protocolos de contágio de participantes hipotéticos (credível *versus* não credível), contendo cada protocolo quatro itens pertencentes a cada cena, sendo dois de expectativa elevada e dois de expectativa baixa, e dois itens de contágio (um de expectativa elevada e outro de expectativa baixa). Foi encontrado um efeito significativo do contágio social, isto é, os jovens incorporaram, na memória das cenas apresentadas, respostas do participante hipotético. Ademais, conclui-se que, de entre os dois tipos de protocolos de contágio, o apresentado como credível teve maior impacto nos participantes. Os itens mais frequentemente evocados foram os de expectativa baixa, ao contrário do esperado. Não foram encontradas relações significativas entre os principais resultados do contágio social e o autoconceito e a desejabilidade social dos participantes. Considera-se imperativo averiguar o efeito do contágio social no âmbito do processo de análise dos depoimentos obtidos em contexto legal. As consequências específicas deste efeito e os métodos para diminuir o seu impacto são questões ainda por explorar.

Palavras chave: memórias falsas, paradigma do contágio social, efeito de contágio social, autoconceito, desejabilidade social.

Social contagion's influence on scene remembering: A study with the social contagion paradigm through two types of protocols of hypothetical subjects/confederates (credible versus non credible)

Abstract

The social contagion effect may be an enemy of legal testimonies, making them doubtful, as it may perpetuate the presence of false memories in eyewitnesses, who have been previously exposed to misinformation on the event. The aim of the present exploratory study is to start a discussion about this subject, in the Portuguese forensic context. Through the Social Contagion Paradigm (SCP), 70 young adults, ages between 15 and 19 years old, were exposed to misinformation about two household scenes (bedroom and desk), in order to attain the social contagion effect. The misinformation originated from two hypothetical subjects/confederates' contagion protocols (credible *versus* non credible), each protocol containing four items from each scene presented, two of high-expectancy and two of low-expectancy, and two contagion items (one of high-expectancy and one of low-expectancy). We found a significant effect of social contagion, which meant adolescents had incorporated in their own memory of the presented scenes the hypothetical subject/confederate's answers. Furthermore, we concluded that, from the two types of contagion protocols, the one described as credible had a major impact on participants. Contrary to expectations, the most frequently remembered items were low-expectancy items. There were no significant relations between the main results of the social contagion and the self-concept and social desirability of the participants. We consider as imperative to ascertain the social contagion effect in the scope of legal testimonies' analysis process. Specific consequences of this effect and methods to lessen its impact are yet to be explored.

Key Words: false memories, social contagion paradigm, social contagion effect, self-concept, social desirability.

Agradecimentos

O término desta etapa deve-se a todos os que se encontraram por detrás das cortinas durante os últimos 5 anos – a todos, expresso a minha imensa gratidão por todo o apoio e força transmitida nos momentos de maior dificuldade e pela felicidade e alegria partilhadas nas conquistas alcançadas.

À Prof.^a Doutora Salomé Pinho, pelos conhecimentos partilhados e pela orientação prestada naquele que foi o maior desafio da minha vida académica.

À minha família, que sempre se mostrou presente nas 48 horas semanais que podíamos partilhar. Em especial, aos meus pais, por me proporcionarem a persecução de um sonho longe da sua asa e pela compreensão nas vésperas de Natal vividas com apontamentos ao redor da mesa. Ao meu irmão, tão longe, mas sempre tão perto; a luz que mais se fez brilhar quando a dúvida se apoderava de mim.

Ao meu namorado, Kevin, por tão rapidamente se tornar o meu porto de abrigo. Obrigada pelo amor e apoio incondicionais, pela presença constante e por ir sempre mais além por mim. Contigo, o longe faz-se perto e a distância torna-se irrelevante.

Aos meus amigos.

Uma família espalhada pelo país e que nunca se dissolveu. Adriana, Rita e Travessa. Maymone, Dionísio, André e Gui. Obrigada pelas infinitas gargalhadas e pelos cafés a discutir ideias para a tese e para a vida.

Uma base artística de apoio incondicional. Fátima, Didinha, Jéssica, Andreia, Cris e Joana. Obrigada pelo sentido crítico característico das AJ e por não me deixarem desistir. Que dancemos pela vida fora, juntas.

Uma turma improvável. Rafaela, Mafalda, Inês, Ana Rita, Vânia e Pedro. O vosso apoio foi imprescindível para concluir esta meta. Cada bengalada exprime um orgulho imenso em vocês, enquanto profissionais e enquanto pessoas.

Uma aliança para a vida. Joana, Sara e Marta. Obrigada por continuarem aqui e tornarem esta etapa tão agradável.

À Rita e à Mónica. À Tatiana e à Ana. Obrigada pela vossa presença na minha vida académica, por me deixarem entrar nas vossas vidas e me apoiarem em todos os meus projetos.

Uma palavra de apreço aos docentes do Mestrado em Psicologia Forense, pelo apoio contínuo ao longo do ano e pela amizade demonstrada; a todos os que permitiram a realização desta investigação e aos que se disponibilizaram para nela participar.

A Coimbra, por me fazer crescer.

A todos, o meu mais sincero obrigado!

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	2
1. As memórias falsas como procedentes da interação social	2
1.1. Investigações primordiais	3
1.2. Paradigma Clássico da Desinformação	4
1.3. Paradigma do Contágio Social.....	6
1.3.1. Consequências da desinformação e explicações dos resultados no PCS.....	7
1.3.2. Estudo basilar do PCS no âmbito das recordações falsas	8
1.3.3. Variantes do estudo do PCS e o seu impacto – teste inicial de evocação e introdução de avisos ou chamadas de atenção	9
1.3.4. A tipicidade dos itens no PCS (expetativa elevada <i>versus</i> exptativa baixa) .	10
1.3.5. O modo de apresentação da desinformação no PCS	11
2. Relevância para a Psicologia Forense do estudo das recordações falsas obtidas em contexto de interação social	13
II - Objetivos	15
III - Metodologia	16
1. Amostra	16
2. Procedimentos	17
3. Instrumentos utilizados.....	20
IV - Resultados	21
V – Discussão	29
VI - Conclusões	34
Bibliografia	36
Anexos	43
Anexo A – Dados sobre a desejabilidade social da amostra	44
Anexo B – Declaração de Consentimento Informado para os Encarregados de Educação dos Participantes	45
Anexo C – Declaração de Consentimento Informado para os Participantes	46
Anexo D – Imagens das cenas “Quarto” e “Secretária”	47
Anexo E – Análise estatística, através do cálculo da ANOVA de medidas repetidas mista, do efeito do contágio social; relação entre contágio social e as variáveis autoconceito e desejabilidade social	48
Anexo F – Correlação entre o efeito do contágio social, considerando cada item de contágio, e o autoconceito.....	55
Anexo G – Correlação entre o efeito do contágio social, considerando cada item de contágio, e a desejabilidade social.....	58

Introdução

As memórias falsas têm origem, predominantemente, na troca de impressões entre testemunhas de um determinado evento (Skagerberg & Wright, 2008). Ao longo do tempo, as características destas memórias, bem como as suas formas de propagação, têm vindo a ser estudadas por autores clássicos (Asch, 1952; Binet, 1900) e contemporâneos (Loftus & Palmer, 1974; Meade & Roediger, 2002). Neste âmbito, Loftus e Palmer (1974) desenvolveram o denominado Paradigma Clássico da Desinformação (PCD) enquanto meio de análise da exposição de testemunhas de um evento a informação errada sobre o mesmo.

São diversas as variáveis com impacto significativo na incorporação de informação falsa na memória, por parte de sujeitos expostos a informação errada, relativamente a um evento que testemunharam. Entre estas, destacam-se a tipicidade da transmissão da informação (i.e., conteúdo de perguntas sugestivas e rótulos verbais), a autoconfiança dos sujeitos nas suas próprias respostas, o tipo de fonte de informação (i.e., sugerida *versus* real) e a autoridade da fonte da (des)informação. No contexto do presente trabalho, são ainda referidas técnicas relevantes que parecem diminuir a presença de memórias falsas (monitorização da fonte dos itens e teste de memória prévio à desinformação).

Roediger, Meade e Bergman (2001) desenvolveram um paradigma similar ao PCD, tendo introduzido um fator diferenciador: a apresentação da desinformação por meio de um sujeito comparsa, com características semelhantes aos participantes e, portanto, podendo ser considerado igualmente falível. O Paradigma do Contágio Social (PCS) de Roediger et al. (2001) constitui a base do nosso estudo. Após o enquadramento conceptual e a exposição do método utilizado, analisa-se o contágio social atendendo a características como a inclusão de itens de expectativa elevada/baixa nas cenas apresentadas e a credibilidade do relato do participante hipotético. Considera-se ainda o papel do autoconceito e da desejabilidade social.

I – Enquadramento conceptual

1. As memórias falsas como procedentes da interação social

A memória é uma das funções mais extraordinárias do cérebro humano. Enquanto processo social (Weldon & Bellinger, 1997), a memória é reconstrutiva, podendo a operação de reconstrução incluir distorções e imprecisões acerca de eventos vividos, e também recordações falsas (Brown, Kouri & Hirst, 2012). Algumas distorções fomentam a flexibilidade cognitiva (Schacter & Addis, 2007), no sentido de operarem processos de adaptação do sujeito às situações com as quais se depara.

Tal como a memória, a comunicação é também uma atividade social diária (Hirst & Echterhoff, 2012). Em particular, a comunicação entre testemunhas de eventos constitui um aspeto fulcral na criação de memórias falsas (Skagerberg & Wright, 2008). A influência do relato de uma pessoa na memória de outra plasma o desenvolvimento de memórias falsas em grupo (Roediger et al., 2001). Assim, da troca de informação entre um grupo de pessoas podem surgir memórias falsas, ou seja, a recordação subsequente de eventos sofre alterações, podendo, inclusivamente, serem relatados eventos nunca experienciados (Meade & Roediger, 2002). As memórias falsas são “memórias” implantadas, habitualmente, através da exposição a um determinado estímulo social. Distorções ocorridas na memória individual são partilhadas, em conjunto com a memória em si, resultando numa memória coletiva (Brown et al., 2012).

À luz da Teoria dos Esquemas de Bartlett (1932), as interações sociais entre membros de uma comunidade resultam em memórias coletivas devido à semelhança de experiências e histórias de vida e, conseqüentemente, a esquemas internos semelhantes entre os membros dessa comunidade. As propriedades do contexto social em que um determinado grupo se insere, como as normas sociais, concedem uma identidade específica que guia o processo de recordar e o conteúdo relembrado. Para cada grupo, é configurado um padrão de processos e contextos com o qual se recorda o passado. Há que ressaltar que as características de um grupo não são apenas a soma das características de cada indivíduo que o integra. Pelo contrário, um grupo social congrega propriedades emergentes que afetam o processo de recordação dentro do grupo. O impacto do indivíduo no grupo passa pela tendência desse

grupo em confiar naquele dos seus membros que apresenta melhor desempenho (Weldon & Bellinger, 1997).

As sugestões compõem um fator social com impacto poderoso nos relatos de memória, evidenciando-se o contágio de informação que é errada na memória de outra pessoa. Por conseguinte, é possível assumir, ainda que apenas em parte, a concepção de Meade e Roediger (2002) de memórias falsas como uma “doença infecciosa”, no sentido em que a memória é contagiosa. A interação entre duas pessoas pode beneficiar ou prejudicar a memória de cada uma delas, dependendo da exatidão da informação comunicada. Pelo que, considerar uma memória como contagiosa não implica que o seja, necessária e unicamente, no sentido negativo (Rush & Clark, 2013). Apesar da tipicidade de as memórias transmitidas serem as erradas, existe a possibilidade de a colaboração na recordação de eventos ser profícua para os sujeitos, prevenindo a recordação de memórias falsas (Karns, Irvin, Suranic, & Rivardo, 2009; Ross, Spencer, Blatz, & Restorick, 2008). Rush e Clark (2013) propõem que a propagação social do erro ocorre de forma curvilínea, isto é, quando existem poucos erros, a nível individual, são também poucos os erros a propagar. Por outro lado, caso existam muitos erros, todos os indivíduos do grupo podem incorporar um determinado erro, sem se saber qual deles integrou esse erro em primeiro lugar.

A diferença de desempenho entre recordar eventos em grupo ou individualmente depende do tipo de teste aplicado (Weldon, 2000). Em testes de evocação livre, um grupo de 2 ou 3 sujeitos recorda maior quantidade de material, mas se forem avaliados individualmente a qualidade do desempenho é melhor (Weldon & Bellinger, 1997). Esta diferença deve-se a processos cognitivos existentes na mente do indivíduo que otimizam a recordação, mas que são prejudicados aquando de um processo de recordação grupal (Basden, Basden, Bryner, & Thomas, 1997; Weldon, Blair, & Huebsch, 2000).

1.1. Investigações primordiais

Binet (1900) foi o primeiro a investigar consistentemente a relação entre a conformidade e a influência das sugestões de outrem no comportamento humano. Mediante uma tarefa de julgamento de linhas, solicitou a um grupo de crianças que comparassem o tamanho de várias linhas.

Na prova individual, os sujeitos foram bem-sucedidos na realização da tarefa. Contudo, quando Binet sugeria que as respostas estavam erradas ou um sujeito comparsa respondia de forma errada, o grupo conformava-se com a resposta incorreta. Mais tarde, Asch (1952, 1956 como citado em Bond & Smith, 1996; Smith & Haslam, 2012) replicou o estudo de Binet com um grupo de adultos, e novamente os resultados demonstraram a conformidade dos sujeitos perante respostas erradas dos comparsas do investigador.

Quando existe conformidade pública os sujeitos alteram as suas respostas de acordo com as respostas de outros membros do grupo, conscientes de que essas respostas são erradas, mantendo as suas crenças inalteradas (Moscovici, 1980; Nail & Sznajd-Weron, 2016). Em alternativa, caso o sujeito integre intrinsecamente a informação errada que lhe é apresentada, aceitando veemente a resposta errada enquanto verdade, estamos perante o fenómeno da conformidade privada (Kelman, 1961). A conversão do sujeito a nível atitudinal e comportamental, em conjunto com a mudança das suas crenças internas, indica conformidade a nível privado e público, que prevalece sobre a informação original, o que o leva a evocar a informação sugerida (Nail, MacDonald, & Levy, 2000).

1.2. Paradigma Clássico da Desinformação

Após a ocorrência de um evento ou episódio complexo, a memória que se forma integra tanto informação recolhida durante a observação do evento como informação externa, obtida após o evento. Com o passar do tempo, a informação proveniente de ambas as fontes acaba por se combinar, de tal forma que poderá ser impossível distinguir que detalhes provêm de que fonte (Loftus & Palmer, 1974). Em termos práticos, em laboratório, o sujeito forma uma representação inicial do evento testemunhado e, quando o experimentador lhe apresenta nova informação, o relato do sujeito é influenciado por esta, passando a incluir a informação externa como se se tratasse de parte da sua própria memória.

O Paradigma Clássico da Desinformação (PCD; Loftus & Palmer, 1974) pressupõe, após o evento, como a simulação de um crime, a apresentação da desinformação mediante narrativas, ordenadas temporalmente, recorrendo a uma presença social implícita (Betz,

Skowronski, & Ostrom, 1996; Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001) e não real. O efeito pretendido, isto é, o efeito de desinformação, pode, ou não, ser produzido. Este efeito refere-se ao fenómeno pelo qual se reportam detalhes de um evento quando, na verdade, estes nunca estiveram presentes, após exposição a informação falsa sobre o evento (Loftus, Miller, & Burns, 1978; Zaragoza, Belli, & Payment, 2007). Este efeito é maior quando a desinformação provém de uma fonte considerada credível (i.e., o investigador), em comparação com a sua atribuição a fontes sociais falíveis e menos credíveis (Underwood & Pezdek, 1998).

A transmissão da desinformação por meio de pressuposições incluídas em perguntas aumenta a probabilidade de o sujeito assumir a informação como exata e correta, pois presume que o investigador cria as perguntas de acordo com a cena e os seus detalhes (Roediger et al., 2001). O conteúdo das perguntas pode influenciar a resposta, quer no imediato ou algum tempo após o evento presenciado. A memória dos sujeitos tende a aproximar-se do sentido sugerido por rótulos verbais, adaptando-se à realidade por estes veiculada. Neste âmbito, Loftus e Palmer (1974) estudaram o estilo linguístico de questões sugestivas enquanto variável com impacto no modo de apresentação da desinformação. No estudo de 1974, por exemplo, verificaram que o verbo *esmagar*, incluído numa pergunta, remetia para um acidente de automóvel mais grave do que a utilização do verbo *colidir*, diferença esta que se refletiu na resposta dos sujeitos quanto à velocidade a que se deslocava o automóvel e quanto a outras características do acidente. Outros estudos (Carmichael, Hogan, & Walter, 1932; Daniel, 1972) demonstraram a importância de rótulos verbais na produção de memórias falsas para estímulos visuais.

A confiança dos sujeitos nas suas respostas é maleável, sendo influenciada pela comparação, positiva ou negativa, que o indivíduo faz entre a sua resposta e a resposta de outro sujeito (Luus & Wells, 1994). O efeito da desinformação ou de itens de contágio (itens comunicados pelo comparsa do investigador, mas que não se encontram nas imagens apresentadas) depende da confiança do sujeito ao apresentar as suas respostas. Ao recordarem um item correto, os sujeitos têm tendência para se mostrarem mais confiantes, o que pode ter um papel fulcral na incorporação desse item nas respostas de outros participantes (Robinson & Johnson, 1996).

A problemática do foco da atenção do participante na fonte de informação remete, neste contexto das memórias falsas, para a atribuição incorreta da fonte dos itens sugeridos, ou seja, o sujeito afirmar lembrar-se da presença de itens que, na verdade, lhe foram meramente sugeridos (Lindsay & Johnson, 1989; Zaragoza & Lane, 1994). A abordagem focada na monitorização da fonte dos itens permite diminuir, ou até eliminar, a propagação de memórias falsas, em contexto experimental. Assim, tem-se demonstrado que facultar aos sujeitos um aviso prévio sobre a presença de informação errada (Meade & Roediger, 2002; Thomas, Bulevich, & Chan, 2010) contribui para a diminuição da recordação de informação incorreta.

Depender da informação dada por um participante pode refletir um processo diferente de depender de uma fonte autoritária, o que pode ter uma influência desigual no desencadeamento de memórias falsas (Huff, Davis & Meade, 2013). Deste modo, a desinformação apresentada pelo experimentador (fonte com autoridade, fonte credível) contém uma qualidade informativa elevada que leva o participante a assumi-la como verdadeira e, conseqüentemente, a incorporá-la na sua memória (Roediger et al., 2001). Ademais, tendo em conta que o sujeito depende da informação considerada verídica, caso a competência do experimentador seja colocada em causa, também a sua autoridade o será, por exemplo, através de indícios de falta de confiança perante o estudo a decorrer (Kröner & Biermann, 2007).

A introdução de um teste de memória prévio à receção da desinformação está associada a um desempenho mnésico mais exato sobre o evento presenciado, reduzindo, portanto, o efeito da desinformação. No entanto, no caso do Paradigma do Contágio Social, que se aborda a seguir, parece possível o aumento de memórias falsas nestas condições (Chan, Thomas, & Bulevich, 2009).

1.3. Paradigma do Contágio Social

O contágio social é definido como a vulnerabilidade de um indivíduo à incorporação no seu relato de detalhes que não apreendeu sobre eventos passados, através da propagação e conseqüente receção desses detalhes falsos durante uma simples conversa (Brown et al., 2012). No Paradigma do Contágio Social (PCS), o qual constitui um novo padrão de estudo de falsas

memórias em contexto social (Roediger et al., 2001), os sujeitos assimilam a desinformação fornecida por um comparsa do investigador, igualmente comprometido na tarefa de recordação colaborativa e considerado uma fonte tão falível como o próprio sujeito. Embora as respostas do comparsa estejam sujeitas a um julgamento mais exato por parte do sujeito (Schneider & Watkins, 1996), a informação errónea acaba por ser internalizada na sua memória para mais tarde ser recordada.

1.3.1. Consequências da desinformação e explicações dos resultados no PCS

A utilização de um comparsa, por parte do investigador, permite-lhe ter controlo sobre a informação comunicada aos participantes. No entanto, esse controlo pode ser excessivo e, portanto, os resultados obtidos nestas condições podem ser duvidosos quanto à generalização (Rush & Clark, 2013). Clark, Abbe e Larson (2006) expõem este outro lado da moeda, diagnosticando, como uma limitação de grande parte dos estudos neste ramo, a utilização de um comparsa enquanto coparticipante. Ao estudar o contágio social nestes moldes, os autores apontam que não é possível examinar a resolução natural de divergências, pois estas não são, de todo, naturais, neste procedimento. Afirmam ainda que o comportamento do comparsa nestes contextos acaba também por se tornar artificial.

O PCS congrega o paradigma da conformidade de Asch (1956) e o PCD de Loftus e Palmer (1974). Em todos eles se visa alterar as respostas dos sujeitos aumentando o número de respostas erradas destes. No paradigma da conformidade é abordada a conformidade pública, uma vez que os sujeitos mantêm as suas crenças. No PCS, independentemente do tipo de transmissão da informação (privado ou público) o resultado é a conformidade privada. Existe maior conformidade quando os sujeitos anunciam as suas respostas publicamente, sob pressão social do comparsa (Deutsch & Gerard, 1955), sendo que as memórias dos sujeitos são alteradas em função das respostas prévias e erradas dos comparsas (Bond & Smith, 1996; Roediger et al., 2001). Deste modo, tal como no efeito da desinformação, os sujeitos mudam não só o seu relato, mas também as crenças a ele subjacentes.

A codificação da informação influencia a recetividade de memórias

falsas posteriores (Gallo & Roediger, 2002). Uma fraca codificação dos itens, em consequência, por exemplo, da diminuição da exposição, favorece o aumento do efeito do contágio social, já que os sujeitos tenderiam, inerentemente, a depender mais dos outros para se lembrarem dos objetos apresentados (Deutsch & Gerard, 1955). Adicionalmente, McDermott e Watson (2001) encontraram taxas baixas de recordações falsas com ritmos muito elevados de apresentação de imagens (menos de meio segundo, 1, 3 e 5 segundos).

O efeito obtido no PCS pode ainda decorrer de dificuldades de monitorização da fonte de informação (Lindsay & Johnson, 1989; Zaragoza & Lane, 1994), pois os sujeitos, no laboratório, podem atribuir erradamente a fonte da informação recordada a um evento anterior (i.e., a recordação de objetos que têm do seu próprio quarto ou secretária em comparação com as imagens apresentadas numa tarefa experimental) ou confundir itens que viram de facto com itens sugeridos pelo comparsa. A familiaridade de um item sugerido pode ser atribuída incorretamente à imagem vista e não ao que disse um comparsa (Jacoby, Kelley, & Dywan, 1989), o que explica a elevada taxa de recordação falsa de itens de expectativa alta em estudos como o de Roediger et al. (2001), que se descreve a seguir.

1.3.2. Estudo basilar do PCS no âmbito das recordações falsas

No estudo de Roediger et al. (2001) com o PCS, os sujeitos visualizavam 6 imagens representativas de divisões de uma casa e, em pares, evocavam os itens presentes em cada uma das cenas. Na condição experimental, um dos sujeitos era comparsa do experimentador. Este comunicava, além de itens pertencentes à cena, itens fictícios, considerados itens de contágio. Após uma tarefa distrativa de 4 minutos, cada sujeito foi testado individualmente, de modo a que as suas memórias fossem acedidas em privado. Concretamente, foi-lhes pedido que escrevessem numa ficha, com o nome da cena no topo, o máximo de objetos que recordavam de cada imagem vista, da forma mais exata possível, com o objetivo de averiguar se o sujeito evocava itens não presentes na cena, mas enunciados pelo comparsa. Indo ao encontro dos resultados esperados pelos autores, no geral, os sujeitos emparelhados com comparsas lembraram mais itens sugeridos por estes do

que os sujeitos na condição de controlo (Roediger et al., 2001). Assim, os sujeitos incorporaram nas suas próprias recordações as respostas de contágio dos comparsas, evocando, mais tarde, itens não presentes nas cenas, mas consistentes com a sua temática – caso dos itens de contágio de expectativa alta (Brewer & Treyens, 1981). O contágio social foi maior para as cenas apresentadas durante apenas 15 segundos (McDermott & Watson, 2001). Em suma, através das sugestões dos comparsas, os sujeitos como que passam a acreditar que os objetos apenas sugeridos estão de facto presentes nas cenas. Tal corrobora a ideia de que o PCS pode alterar as memórias dos sujeitos sobre as cenas originais.

1.3.3. Variantes do estudo do PCS e o seu impacto – teste inicial de evocação e introdução de avisos ou chamadas de atenção

O impacto de um teste inicial de evocação tem efeitos díspares consoante a origem da desinformação (associações esquemáticas no PCS e interferência da informação sugestiva no PCD), os materiais estudados e o tipo de informação sugerida. Em conjunto com um teste final de memória, no caso de este último ser um teste de monitorização da fonte dos itens, o teste inicial pode reduzir a suscetibilidade a itens de contágio (Chan, Wilford & Hughes, 2012; Huff et al., 2013), diminuindo a existência de memórias falsas através de uma memória mais exata – fenómeno denominado por efeito protetivo do teste (*protective effect of testing*). No PCS, o teste inicial de evocação direciona a atenção do sujeito no sentido de detalhes específicos e errados dos itens, aumentando a sua codificação (Gordon, Thomas, & Bulevich, 2015) e, portanto, a sua posterior recordação (Chan et al., 2009). Huff et al. (2013) supõem que o teste de evocação inicial leva os participantes a julgar a sua própria memória como medíocre, tornando-os mais conservadores quanto à resposta sobre a fonte de cada item. Portanto, o teste inicial de evocação mostrou ser uma técnica importante na proteção contra falsas memórias.

Contudo, o efeito do contágio social pode ser poderoso o suficiente para persistir sob condições como um teste de monitorização da fonte da desinformação e um teste de recordação prévio à experiência de contágio (Roediger & Meade, 2002). Em 2002, Roediger e Meade estudaram o impacto

de avisos ou chamadas de atenção do investigador para a possibilidade de serem mencionados itens errados. Estes avisos têm-se vindo a mostrar eficazes na redução da ocorrência de memórias falsas noutros paradigmas (Betz et al., 1996). Já para Lindsay e Johnson (1989) parecia possível a total eliminação do efeito do contágio social neste contexto. De facto, o efeito do contágio social foi diminuído, apesar de apenas nos itens de contágio e reais, recordados pelo comparsa. Assim, quando são advertidos para a importância de recordar apenas informação exata, os sujeitos têm tendência para desprezar informação inexata e as falsas memórias diminuem.

1.3.4. A tipicidade dos itens no PCS (expectativa elevada versus expectativa baixa)

Segundo Clark et al. (2006), os itens lembrados por apenas uma pessoa são, à partida, considerados menos exatos do que quando lembrados por duas pessoas, e assim sucessivamente. Logo, os itens presentes nas cenas mostradas seriam avaliados pela própria pessoa como menos exatos do que os proferidos, na recordação inicial, por vários participantes.

No PCS os itens apresentados nas cenas devem ter um grau de recordação e familiaridade superior aos itens de contágio (Rush & Clark, 2013). Uma mudança geral do critério de resposta por parte dos sujeitos, no sentido da adoção de um critério mais rígido, reduz as falsas memórias relativamente às respostas do comparsa, incluindo as corretas, pois os sujeitos conseguem diferenciar entre a fonte de informação original e fontes de desinformação (Zaragoza & Koshmider, 1989).

Têm-se vindo a obter níveis mais elevados de recordação falsa em itens consistentes e altamente associados às cenas apresentadas, os ditos “itens de expectativa alta” (Meade & Roediger, 2002; Miller & Gazzaniga, 1998; Roediger & MCDermott, 1995), por ser mais fácil inserir, na recordação, informação quando esta se enquadra na cena apresentada, sendo, por isso, mais expectável (Brewer & Treyens, 1981). Enquanto os itens de expectativa baixa têm uma ligação mínima ou nula com o contexto da cena/imagem mostrada, os itens de expectativa alta são potencialmente ativados durante a codificação, pelo que são facilmente incorporados na recordação quando sugeridos pelo comparsa (Meade & Roediger, 2002). Também a precisão dos

sujeitos é afetada pela consistência da informação apresentada. De acordo com o PCD (Loftus, Miller, & Burns, 1978), sujeitos que recebem informação inconsistente são significativamente menos exatos a recordar a informação original do que aqueles que receberam informação neutra. Do mesmo modo, com a apresentação pós evento de informação consistente com este, a exatidão da recordação aumenta. Segundo Rush e Clark (2013), parece existir uma incorporação seletiva na recordação dos itens considerados mais exatos, por parte dos sujeitos, após a exposição aos itens recordados por outrem.

1.3.5. O modo de apresentação da desinformação no PCS

Ao contrário do PCD, o PCS não requer que a desinformação seja transmitida por uma fonte com autoridade. Tendo o comparsa as mesmas características dos sujeitos testados, seria de esperar que os sujeitos ignorassem a desinformação dada ou que reconhecessem e ignorassem os erros cometidos pelo comparsa (Roediger et al., 2001) – o que não sucede no PCS.

Betz et al. (1996) examinaram a relação entre a repetição da desinformação e respostas falsas no PCS, criando protocolos de contágio de participantes hipotéticos, escritos à mão, de modo a que se assemelhassem a respostas de sujeitos verdadeiros. Os protocolos eram apresentados como se se tratasse de respostas de sujeitos que também eram participantes no estudo. Os sujeitos tinham 15 segundos para examinar os protocolos e, comparando-os com a sua própria prestação, teriam que assinalar as palavras que eles próprios tinham evocado no teste inicial. Meade e Roediger (2002) não encontraram diferenças entre a apresentação da desinformação através de um comparsa e de um protocolo de um participante hipotético, pelo que se supõe que o poder de um comparsa virtual pode ser tão bom como o de um comparsa real. Logo, corrobora-se a ideia de que introduzir a desinformação através de uma presença social implícita produz um efeito significativo de contágio social (Meade & Roediger, 2002).

A desinformação apresentada por meio de um participante hipotético tem como variante a exposição a uma resposta consistente ou inconsistente com o evento original (i.e., participante hipotético credível *versus* participante hipotético não credível). Segundo Betz et al. (1996), as respostas originais dos participantes alteram-se no sentido das respostas do participante hipotético,

consideradas mais consistentes com os itens apresentados.

Em ambas as formas de apresentação de desinformação já mencionadas (perguntas sugestivas e protocolos de participantes hipotéticos) os sujeitos esperam que a informação fornecida seja correta, já que é apresentada pelo investigador (Meade & Roediger, 2002). Não obstante, a desinformação apresentada através de uma fonte social parece ser uma melhor estimativa da sugestionabilidade que ocorre em situações reais de testemunhas legais (Huff, Weinsheimer, & Bodner, 2016). Note-se também que os sujeitos podem distinguir a informação contagiosa correta da incorrecta, de tal forma que a informação correta acaba por ser mais contagiosa do que a incorrecta (Rush & Clark, 2013).

No âmbito do impacto das relações interpessoais na configuração de memórias coletivas, Cuc, Ozuru, Manier e Hirst (2006) estudaram o poder do locutor no surgimento de memórias falsas e verificaram que, para que uma memória coletiva se forme, devem estar presentes condições propensas à ocorrência de contágio social (i.e., surgimento, durante o diálogo, de memórias prévias, não partilhadas pelo grupo e, por sua vez, subsequente “contaminação” das recordações de outros membros do grupo), bem como a presença de um narrador dominante. Tal como acontece na vida real, a presença de um narrador dominante numa conversa não é suficiente para a introdução de memórias falsas. Em termos experimentais, o mesmo se verifica, em particular, quando o contágio social é inibido ou controlado de alguma forma.

Segundo Allen (1965), ao contrário do que se possa pensar, numa primeira fase de experiências no âmbito da conformidade social, observou-se que sentimentos negativos, de indiferença e raiva, de um sujeito para com o comparsa do experimentador, despertam maior conformidade nas fases seguintes da experiência do que sentimentos positivos, como a simpatia sentida pelo mesmo. No entanto, estudos prévios (Bovard, 1951; Gerard, 1954) assentam na ideia de que um grupo coeso e afável de sujeitos, com características de personalidade semelhantes ao sujeito avaliado, exerce uma maior influência do que os díspares, no sentido da norma grupal.

2. Relevância para a Psicologia Forense do estudo das recordações falsas obtidas em contexto de interação social

Gudjonsson (2003) refuta a ideia de que os testemunhos falsos são obtidos apenas com pessoas com debilidade ou patologia mental. Pelo contrário. Como tal, surge a necessidade de encontrar diretrizes para entrevistas a testemunhas legais no decorrer da exposição destas a detalhes erróneos sobre um evento, sendo esta situação de interação social uma das mais propensas à inclusão de informação incorreta nos testemunhos (Huff et al., 2016). Tais diretrizes devem ainda focar a interpretação da veracidade e do conteúdo dos depoimentos de testemunhas em contexto legal.

Os depoimentos legais de testemunhas podem ser prejudicados pelo efeito da desinformação, uma vez que a sua exactidão é fundamental neste contexto (Huff et al., 2013). Em laboratório, como referido, verificou-se que a desinformação pode alterar o relato dos sujeitos sobre o evento original (Loftus & Palmer, 1974). Uma questão conducente, pela sua forma ou conteúdo, sugere e orienta a testemunha no sentido da resposta desejada. Estes resultados experimentais foram, nomeadamente nos EUA, acolhidos legalmente, procedendo-se à adaptação de regras legais indicadoras de quando é permitido utilizar questões sugestivas (Relatório do Tribunal Supremo, 1973 como citado em Loftus & Palmer, 1974). Ressalve-se que a desinformação, enquadrada em um contexto real de julgamento, tem maior probabilidade de afetar objetos e detalhes periféricos do que aspetos centrais do crime (Heath & Erickson, 1998; Wilford, Chan, & Tuhn, 2014), e de ser atribuída a uma fonte social (Paterson & Kemp, 2006). Neste âmbito, existindo uma fonte social, típica de situações reais envolvendo testemunhas legais, a aplicação de um teste inicial de recordação pode melhorar a exatidão da memória da testemunha (Paterson & Kemp, 2006). A utilização de um teste inicial de evocação em contexto experimental replica os relatos de testemunhas reais quando, imediatamente após testemunharem um crime, contactam uma esquadra policial ou um número de emergência. Deste modo, o primeiro e mais exato relato da testemunha deveria ser prévio a qualquer exposição a desinformação sobre o evento (Chan et al., 2009).

O ser humano tem tendência a recorrer ao seu autoconceito a fim de avaliar a confiança da resposta que está prestes a dar, caso não existam pistas

inerentes à tarefa a realizar que o façam (Kröner & Biermann, 2007). Em julgamentos criminais e civis, Robinson e Johnson (1996) sublinham a ideia de que a confiança da testemunha no seu próprio relato e o seu comportamento têm um valor significativo na deliberação da validade do testemunho, pelo menos relativamente a detalhes e eventos de uma cena de crime. Ora, se um maior grau de confiança está relacionado com o autoconceito, mais especificamente com uma melhor ideia geral de si próprio (Vaz Serra, 1988), então o relato de um evento poderá ser influenciado por esse traço, na medida em que um autoconceito superior pode estar associado a maior exatidão do discurso da testemunha. Assim, o estudo de testemunhas oculares traz-nos uma base de exploração de temas teóricos, mas também práticos e enquadrados na sociedade atual (Loftus, 1979).

A memória de determinado evento traumático, alegadamente reprimida, pode também ser alvo de influência social. Exemplificando: memórias de abuso infantil recuperadas após acompanhamento terapêutico podem surgir por sugestão do terapeuta ou, no caso de terapia grupal, pela partilha de histórias nesse âmbito. Ainda que estas situações possam desencadear recordações de memórias verdadeiras e válidas, não podemos descartar a hipótese da criação de memórias falsas através de sugestões repetidas de contágio social (Asch, 1956; Betz et al., 1996; Meade & Roediger, 2001; Mitchell & Zaragoza, 1996).

As memórias de uma pessoa podem também beneficiar as recordações de outra, por exemplo na situação em que duas pessoas testemunham um crime e uma delas não se lembra de detalhes confidencialmente recordados pela outra. O mesmo pode acontecer quando um grupo com características e vivências semelhantes recorda, em conjunto, um episódio ou história. Neste caso, seria adaptativo para a pessoa com pior memória atualizá-la com a versão mais completa do seu par (Roediger & Meade, 2002). De outro ponto de vista, do possível efeito da redistribuição da exatidão, decorre que colaborar com alguém cuja memória seja menos exata pode debilitar a nossa própria memória (Rush & Clark, 2013).

Com o PCS, a utilização de testes que incluem informação falsa procura assemelhar-se ao que se passa com eventos testemunhados na realidade, em termos do número de exposições a desinformação. As

testemunhas reais são frequentemente expostas a desinformação sobre o evento presenciado, previamente a prestarem o seu depoimento. Ao manipular o número de exposições a detalhes sugeridos, o PCS fornece uma forma simples de contrastar os efeitos de uma exposição com várias exposições a sugestionabilidade. Este paradigma apresenta também semelhanças com outros paradigmas de desinformação (por exemplo, PCD), oferecendo vantagens que podem ser úteis no estudo do contágio da memória de testemunhas (Huff et al., 2016), como por exemplo, o efeito protetor de um teste inicial na memória de uma testemunha.

II - Objetivos

Com base nos aspetos teóricos apresentados, o objetivo principal desta dissertação consistiu em determinar se os participantes no estudo empírico descrito a seguir foram alvo de contágio social no teste de evocação individual. Existindo contágio social, outros objetivos seriam a verificação de maior recordação, por contágio, dos itens de expectativa elevada e analisar a possível discrepância de contágio social mediante um protocolo de um participante hipotético credível *versus* não credível.

Constituiu um objetivo secundário considerar a relação entre contágio social e autoconceito, por um lado, e desejabilidade social, por outro. Este objetivo secundário tem por lastro os resultados empíricos que se descrevem brevemente a seguir. A correlação negativa entre sugestionabilidade interrogativa e autoestima do sujeito surge de sentimentos de incompetência e impotência emocional (Gudjonsson, 2003b). No que diz respeito ao desempenho mnésico no PCS, um nível mais elevado do autoconceito poderá influenciar a interiorização das respostas induzidas por outrem, já que a confiança do sujeito nas suas próprias respostas é superior (Kröner & Biermann, 2007; Robinson & Johnson, 1996; Vaz Serra, 1984). Relativamente à desejabilidade social, a sua correlação com aspetos da conformidade social parece ambivalente. No entanto, é usual encontrarem-se correlações minimamente significativas entre as duas variáveis (Gudjonsson, 2003b).

A partir dos objetivos definidos, foi pautada a validação das seguintes hipóteses:

Influência do contágio social na evocação de cenas: Estudo com o paradigma do contágio social mediante dois tipos de protocolos de participantes hipotéticos (credível *versus* não credível)

Daniela Filipa Oliveira Ferreira (df.ferreira@hotmail.com) 2019

H1: Verifica-se o efeito do contágio social no teste de evocação individual.

H2: Os itens de contágio de expectativa elevada são mais frequentemente evocados do que os itens de contágio de expectativa baixa.

H3: O efeito do contágio social é maior quando o protocolo apresentado é de um participante hipotético credível.

H4: O autoconceito apresenta uma associação negativa com o contágio social.

H5: A desejabilidade social está relacionada positivamente com o contágio social.

III - Metodologia

1. Amostra

A amostra deste estudo é considerada uma amostra de conveniência e é constituída por 70 alunos de uma escola do ensino secundário regular, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos ($M = 16.76$; $DP = 1.03$). Nenhum participante deste estudo apresentou um resultado indicativo de simulação no *Rey-15 Item Memory Test* (Boone, Salazar, Lu, Warner-Chacon, & Razani, 2002; Rey, 1964; versão portuguesa de Simões et al., 2010)¹.

Através do programa *IBM SPSS Statistics 25*, os alunos foram aleatorizados em dois grupos homogéneos. A um dos grupos, foi apresentado o protocolo de um participante hipotético caracterizado como credível, e ao outro, o protocolo de um participante hipotético identificado como não credível.

O grupo ao qual foi apresentado o protocolo do participante hipotético credível é constituído por 37 participantes, 21 do género feminino (56.8%) e 16 do género masculino (43.2%), com uma média de idades de 16.62 ($DP = .95$). O grupo exposto ao protocolo do participante hipotético não credível é constituído por 33 participantes, 24 do género feminino (72.7%) e 9 do género masculino (27.3%) e tem uma média de idades de 16.91 ($DP = 1.1$). Na Tabela 1 encontra-se informação descritiva demográfica da amostra deste estudo.

¹ Cf. Tabela 6 do Anexo A com os resultados detalhados neste teste e referente interpretação.

Tabela 1. Descrição demográfica da amostra

		Amostra total (N=70)		Grupo com Protocolo do Participante Hipotético Credível		Grupo com Protocolo do Participante Hipotético Não Credível	
		Média (DP)	Amplitude	Média (DP)	Amplitude	Média (DP)	Amplitude
Idade		16.76 (1.03)	15-19	16.62 (.95)	15-19	16.91 (1.1)	15-19
		N	%	N	%	N	%
Sexo	M	25	35.7	16	43.2	9	27.3
	F	45	64.3	21	56.8	24	72.7
Ano de Escolaridade	10 ^o	11	15.7	8	21.6	3	9.1
	11 ^o	28	40.0	13	35.1	15	45.5
	12 ^o	31	44.3	16	43.2	15	45.5

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre ambos os grupos quanto às variáveis idade, $t(69) = 1.94$, $p = .164$, género, $\chi^2(1, N = 70) = 2.23$, $p = .328$, e ano de escolaridade, $\chi^2(2, N = 70) = 1.171$, $p = .246$.

2. Procedimentos

Em primeiro lugar, estabeleceu-se o contacto com uma escola secundária e, sequentemente, com o diretor, a fim de se obter autorização para a realização deste estudo dentro da instituição.

Foram elaboradas duas declarações de consentimento informado distintas, uma dirigida aos encarregados de educação e a outra aos participantes no estudo, pois considerou-se como necessário dar aos jovens a liberdade de escolha da sua participação no estudo, independentemente da autorização prévia do encarregado de educação². Após o consentimento dos encarregados de educação, foi feito um levantamento dos alunos autorizados a participar no estudo, aos quais foi entregue o consentimento informado a estes especificamente dirigido, em sala de aula. Ambos os consentimentos informados vão ao encontro dos princípios éticos respeitantes à investigação em Psicologia, e asseguram o anonimato e a confidencialidade dos dados

² Cf. Anexos B, para o Consentimento Informado entregue aos encarregados de educação, e C, para o Consentimento Informado entregue aos alunos.

recolhidos.

Iniciou-se o processo de recolha da amostra com um questionário sociodemográfico, ao qual foi atribuído um código de ordem para cada participante, de modo a garantir a confidencialidade dos seus dados.

Aplicou-se o Paradigma do Contágio Social – PCS – (Roediger et al., 2001). Para a tarefa de evocação inicial, foram selecionadas 2 das 6 imagens utilizadas no estudo original de Roediger et al. (2001). Esta seleção teve por base a adequação das imagens à população-alvo deste estudo, tendo sido escolhidas as cenas do quarto e da secretária³. Foi criada uma folha de respostas para cada cena, com o nome da cena no topo, tanto para a tarefa de evocação inicial como para a tarefa de evocação individual subsequente.

Foram criados os protocolos de contágio de participantes hipotéticos (um considerado credível e outro não credível) para cada cena, de acordo com as características apresentadas por Betz et al. (1996): os protocolos foram escritos por duas pessoas diferentes e foram apresentados aos participantes como sendo as respostas provenientes de 2 participantes reais. Cada protocolo contém 4 itens reais (i.e., que estavam na cena apresentada), sendo 2 de expectativa elevada e 2 de expectativa baixa, e 2 itens de contágio (1 de expectativa elevada e 1 de expectativa baixa). Nestes protocolos de participantes hipotéticos, em 4º lugar encontrava-se o item de contágio de expectativa elevada e em 6º lugar o item de contágio de expectativa baixa.

As sessões de recolha de dados foram realizadas individualmente com cada participante, a fim de respeitar a dinâmica da obtenção do efeito do contágio social através de conformidade privada. Os materiais apresentados são equivalentes para os dois grupos, à exceção do protocolo de contágio.

Foram apresentadas as 2 imagens das 2 cenas acima referidas, representativas de duas divisões de uma casa de habitação, durante 15 segundos. As cenas foram apresentadas sempre na mesma ordem (primeiro, o quarto, e depois, a secretária) e cada cena foi verbalmente rotulada aquando da apresentação (“a cena do quarto” e “a cena da secretária”). Os participantes foram instruídos para prestarem a máxima atenção às imagens, pois a sua memória seria, mais tarde, testada.

Após terem visto ambas as cenas, os sujeitos foram submetidos ao

³ Cf. Imagens 1 e 2 do Anexo D.

subteste Memória de Dígitos das Escalas de Wechsler – aos participantes com menos de 16 anos foi aplicada a versão da WISC-III (Wechsler, 2003) e para as idades de 16 anos acima foi aplicada a versão da WAIS-III (Wechsler, 2008). De seguida, foi-lhes entregue uma folha de resposta com o pedido de que escrevessem, nessa folha, o maior número de itens que se recordavam de cada cena (teste de evocação inicial), sem limite de tempo.

Seguidamente, foram apresentados os protocolos de contágio referentes a cada uma das cenas, consoante o grupo em que o participante se inseria (participante hipotético credível ou participante hipotético não credível). Os participantes analisaram cada protocolo de contágio, de forma independente, durante 15 segundos, de modo a que pudessem comparar a sua prestação na tarefa de evocação inicial com a prestação do participante hipotético. Para ter a certeza da codificação dos itens incluídos nos protocolos, foi pedido aos participantes que circundassem, em cada protocolo, as palavras que eles próprios tinham escrito durante a tarefa de evocação inicial.

Novamente, foi entregue aos participantes uma folha de resposta acompanhada do pedido para escreverem o maior número de itens que se recordavam estarem presentes em cada cena, dando-se ênfase à importância da precisão das respostas. Desta vez, o participante teve 2 minutos para executar esta tarefa de evocação.

Foram ainda recolhidos os dados relativos às variáveis autoconceito, desejabilidade social e comportamentos de simulação (para exclusão de casos de esforço reduzido), através, respetivamente, dos instrumentos Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças – Versão Reduzida (Piers & Herzberg, 2002; versão portuguesa de Veiga, 2006), Escala de Respostas Socialmente Desejáveis – 5 (SDRS-5; Hays, Hayashi, & Stewart, 1989; versão portuguesa de Pechorro, Nunes, Gonçalves, Jesus, & Simões, in press) e Rey-15 *Item Memory Test* (RMT; Boone et al. 2002; Rey, 1964; versão portuguesa de Simões et al., 2010).

Por fim, foi proporcionado aos participantes um momento onde tiveram a oportunidade de colocar mais questões, incluindo-se a informação sobre o verdadeiro propósito deste estudo.

3. Instrumentos utilizados

3.1. Subteste Memória de Dígitos

A escolha do instrumento a utilizar enquanto tarefa distrativa incidu sobre um que apresentasse conteúdo numérico, em oposição ao conteúdo visual figurativo, de modo a não interferir com a recordação dos objetos inerentes aos estímulos do PCS. Foi selecionado o subteste Memória de Dígitos, um teste verbal opcional da WISC-III (Wechsler, 2003) e obrigatório na WAIS-III (Wechsler, 2008). O teste constitui uma medida de atenção e memória imediata e é composto por 8 séries de dígitos, a aplicar em ordem direta e ordem inversa, aumentando gradualmente a quantidade de dígitos em cada série e, conseqüentemente, a dificuldade em memorizar esses dígitos. A primeira tarefa aplicada é a de ordem direta (o participante deve reproduzir serialmente os dígitos da série que acabou de ser apresentada). A tarefa em ordem inversa é sempre aplicada, independentemente de o indivíduo fracassar na tarefa em ordem direta, e consiste em reproduzir o material apresentado, invertendo a sua ordem de apresentação. Cada item permite duas tentativas, com dois conjuntos de dígitos a aplicar. A pontuação máxima é de 30, sendo que o resultado bruto máximo na ordem direta é de 16 pontos e na ordem inversa é de 14 pontos.

3.2. Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças – Versão Reduzida

A Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças – Versão Reduzida (Piers & Herzberg, 2002; versão portuguesa de Veiga, 2006) é um inventário de autorresposta que permite avaliar o autoconceito de crianças e adolescentes – um conjunto de percepções conscientes que têm sobre si, os seus comportamentos e os seus atributos. Na sua versão original, é constituído por 80 questões. A versão aplicada congrega 60 questões, numa escala dicotómica de resposta “sim” ou “não”, sendo atribuído 1 ponto a respostas reveladoras de uma atitude positiva face a si mesmo e 0 pontos a uma resposta indicadora de uma perspectiva negativa de si. Um resultado geral elevado traduz um autoconceito mais positivo. A sua estrutura fatorial permite interpretar os resultados obtidos segundo os fatores aspeto comportamental, ansiedade, estatuto intelectual, popularidade, aparência física e satisfação-felicidade. A versão abreviada de Veiga (2006) para a população portuguesa apresenta

qualidades psicométricas robustas, com uma boa consistência interna para o resultado global (α de Cronbach = .90) e para ambos os géneros (α de Cronbach = .86 (M) e .88 (F)), e uma consistência interna considerada entre questionável a aceitável para os factores acima referidos (α de Cronbach = [.60-.77])

3.3. Escala de Respostas Socialmente Desejáveis – 5

A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis, de 5 itens, (SDRS-5; Hays et al., 1989; versão portuguesa de Pechorro, et al., *in press*) é uma medida breve de autorresposta validada para jovens portugueses, com idades entre os 12 e os 20 anos. Com o intuito de avaliar a desejabilidade social, esta escala classifica as relações dos sujeitos com os outros, numa escala de Likert de 1 (totalmente verdadeiro) a 6 (totalmente falso). Em termos psicométricos, o instrumento apresenta uma consistência interna e fiabilidade aceitáveis para ambos os sexos (α de Cronbach = .72 (M) e .71 (F); Ω = .77 (M) e .75 (F)).

3.4. Rey-15 Item Memory Test

O Rey-15 *Item Memory Test* (RMT; Rey, 1964; Boone et al., 2002; versão portuguesa de Simões et al., 2010) foi aplicado com o propósito de detetar comportamentos de simulação e/ou esforço insuficiente, relacionados com a memória. O instrumento consiste em 15 itens, organizados em 5 linhas com 3 caracteres cada. O cartão é apresentado durante 10 segundos e é imediatamente pedido ao participante que recorde o máximo de itens que conseguir. Segue-se um teste de reconhecimento, no qual são apresentados 15 itens distrativos, além dos 15 itens originais. Para a interpretação do resultado na tarefa de reconhecimento, considera-se, além do número de itens corretamente reconhecidos e mencionados no teste de evocação imediata, o número de falsos positivos (itens reconhecidos incorretamente) e a pontuação combinada entre o número de itens evocados corretamente e a subtração do número de falsos positivos ao número de itens corretamente reconhecidos.

IV - Resultados

Os dados foram analisados estatisticamente com recurso ao programa *IBM SPSS Statistics 25*.

1. Efeito do contágio social no teste de evocação individual final

A fim de avaliar o efeito do contágio social nas respostas dos participantes, após a apresentação dos protocolos de contágio, foi realizada uma análise com base em tabulações cruzadas⁴. Enquanto medida de associação utilizou-se o V de Cramer, que, num intervalo de 0 a 1, revela o nível de associação entre variáveis nominais (Chagas, 2016), sendo que um valor próximo de 0 indica uma associação pobre e um valor perto do 1 equivale a uma associação forte entre variáveis ($p < .01$). Enquanto medida de significância estatística ($p < .05$) desta associação, considerado o cariz nominal e dicotómico das variáveis analisadas, foi utilizado o teste de McNemar (Adedokun & Burgess, 2012).

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da referida análise dos participantes do grupo ao qual foi administrado o protocolo do participante hipotético credível.

Tabela 2. Efeito de contágio social na tarefa de evocação final, com a apresentação do protocolo do participante hipotético credível

Cena	Tipicidade	Expetativa	Item	Mudança de Sinal (%) ^a	χ^2 Teste de McNemar	C V de Cramer
Quarto	Real	Elevada	Cama	4 (57.1)	.375	.533
			Cómoda	13 (22.4)	.096	.300 ^c
		Baixa	Ventoinha	10 (27.8)	.629	.517
			Aspirador	9 (22.0)	.424	.600
	Contágio	Elevada	Relógio	8 (11.6)	.039 ^b	.043 ^c
		Baixa	Colónia	11 (15.7)	.001 ^b	-. ^d
Secretária	Real	Elevada	Computador	2 (25)	1.000	.667
			Candeeiro	10 (20.8)	.092	.618
		Baixa	Fotografias	7 (25.9)	.180	.728
			Buzina	9 (15)	.065	.530
	Contágio	Elevada	Impressora	7 (10.1)	.70	.040 ^c
		Baixa	Agenda	11 (15.7)	.001 ^b	-. ^d

^a Número de participantes que alteraram a resposta “Não” para “Sim” (item “não presente” ou “presente” na cena), após a apresentação do protocolo do participante hipotético credível.

^b Mudança de sinal da resposta “Não” para “Sim” (item “não presente” ou “presente” na cena) estatisticamente significativa ($p < .05$).

^c A relação entre a resposta no teste de evocação inicial e no teste de evocação final é significativa ($p < .010$), mas os valores do V de Cramer indicam uma relação baixa.

^d Itens evocados apenas na tarefa de evocação final (não é avaliada a associação entre as duas

⁴ Além das análises apresentadas de seguida, procedeu-se ao tratamento estatístico dos resultados respeitantes ao efeito do contágio social mediante o cálculo da ANOVA de medidas repetidas mista (cf. Anexo E).

tarefas).

A partir dos resultados na Tabela 2 referentes à apresentação do protocolo do participante hipotético credível, identificamos os itens “relógio”, $\chi^2(7, N = 37) = .039$, “colónia”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, e “agenda”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, cuja mudança de resposta dos participantes de “Não” (o item não está presente na cena) para “Sim” (o item está presente na cena) foi significativa, $p < .05$. A relação entre a primeira e a segunda evocação, apesar de baixa, dos itens “cómoda”, $C(12, N = 37) = .300$, “relógio”, $C(7, N = 37) = .043$, “colónia”, “impressora”, $C(6, N = 37) = .040$, e “agenda” é significativa, $p < .01$.

Na Tabela 3 são apresentados os resultados da análise respeitante ao grupo de participantes ao qual foi administrado o protocolo do participante hipotético não credível.

Tabela 3. Efeito de contágio social na tarefa de evocação final, com a apresentação do protocolo do participante hipotético não credível

Cena	Tipicidade	Expetativa	Item	Mudança de	χ^2	C
				Sinal (%) ^a	Teste de McNemar	V de Cramer
Quarto	Real	Elevada	Almofada	10 (18.5)	.039 ^b	.610
			Persianas	4 (6.3)	.375	.680
		Baixa	Baquetas	12 (34.3)	.013 ^b	.626
	Contágio	Elevada	Jornal	3 (5.0)	1.000	.721
			Espelho	0 (0)	1.000	-. ^d
		Baixa	Candeeiro	5 (7.7)	1.000	.113 ^c
Secretária	Real	Elevada	Canetas	7 (16.3)	.180	.746
			Dicionário	3 (4.8)	.625	.726
		Baixa	Planta	6 (15.8)	.125	.809
	Contágio	Elevada	Fones	5 (7.9)	.453	.544
			Agrafador	4 (5.9)	.125	.560
		Baixa	Calendário	6 (8.6)	.031 ^b	-. ^d

^a Número de participantes que alteraram a resposta “Não” para “Sim” (item “não presente” ou “presente” na cena), após a apresentação do protocolo do participante hipotético credível.

^b Mudança de sinal da resposta “Não” para “Sim” (item “não presente” ou “presente” na cena) estatisticamente significativa ($p < .05$).

^c A relação entre a resposta no teste de evocação inicial e no teste de evocação final é significativa ($p < .010$) mas os valores do V de Cramer indicam uma relação baixa.

^d Itens evocados apenas na tarefa de evocação final (não é avaliada a associação entre as duas tarefas).

Relativamente à análise dos resultados da apresentação do protocolo do participante hipotético não credível (ver Tabela 3), a mudança de resposta dos

Influência do contágio social na evocação de cenas: Estudo com o paradigma do contágio social mediante dois tipos de protocolos de participantes hipotéticos (credível versus não credível)

Daniela Filipa Oliveira Ferreira (df.ferreira@hotmail.com) 2019

participantes de “Sim” para “Não” foi significativa, $p < .05$, apenas para os itens “almofada”, $\chi^2(9, N = 33) = .039$, “baquetas”, $\chi^2(11, N = 33) = .013$, e “calendário”, $\chi^2(5, N = 33) = .031$. A única relação significativa, $p < .01$, entre a primeira e a segunda evocação, embora, novamente, baixa, é do item “candeeiro”, $C(4, N = 37) = .113$.

Ademais, há que referir os itens “espelho” e “calendário”, presentes no protocolo do participante hipotético não credível, e os itens “colónia” e “agenda”, incluídos no protocolo do participante hipotético credível, como tendo uma relação qualitativamente significativa entre a primeira e segunda evocação, já que nunca foram evocadas no primeiro teste e passaram a sê-lo no segundo (daí a impossibilidade do cálculo de C). Por outras palavras, há a possibilidade destas respostas terem sido potenciadas pelo efeito do contágio social.

Os dados apresentados revelam o impacto do efeito do contágio social, ainda que nem todos os itens de contágio utilizados nos protocolos tenham sido evocados.

1.1. Efeito do contágio social para itens de expectativa elevada versus baixa

No que diz respeito aos resultados do grupo ao qual foi aplicado o protocolo do participante hipotético credível, verificou-se que, de entre os itens com uma mudança de sinal na resposta dos participantes, apenas o item “relógio”, $\chi^2(7, N = 37) = .039$, $p < .05$, tem significância estatística associada e trata-se de um item de expectativa elevada. Os restantes dois itens com significância estatística associada, “colónia”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, e “agenda”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, correspondem a itens de expectativa baixa.

No grupo ao qual foi apresentado o protocolo do participante hipotético não credível, dos itens com mudança de sinal nas respostas dos participantes, apenas o item “almofada”, $\chi(9, N = 33) = .039$, é um item de expectativa elevada. Os itens “baquetas”, $\chi^2(11, N = 33) = .013$, e “calendário”, $\chi^2(5, N = 33) = .031$, constituem itens de expectativa baixa.

De modo a interpretar as diferenças entre o número de evocações de itens de expectativa alta e de itens de expectativa baixa, foi elaborada uma tabela

de frequências. Nas Tabelas 4 e 5 estão descritos estes dados.

Tabela 4. Frequência de evocação de itens de expectativa alta e de itens de expectativa baixa, em ambas as tarefas de evocação

Itens	Evocação Inicial			Evocação Final			
	<i>n</i>	Média	<i>DP</i>	<i>n</i>	Média	<i>DP</i>	
Expetativa Alta	Real						
	Cama	63	.90	.302	66	.94	.234
	Cómoda	12	.17	.380	20	.29	.455
	Computador	62	.89	.320	61	.87	.337
	Candeeiro ^a	22	.31	.468	29	.41	.496
	Almofada	16	.23	.423	24	.34	.478
	Persianas	7	.10	.302	10	.14	.352
	Canetas	27	.39	.490	32	.46	.502
	Dicionário	7	.10	.302	9	.13	.337
	Total	216	27	22.97	251	31.4	21.5
Contágio	Relógio	1	.01	.120	8	.11	.320
	Impressora	1	.01	.120	7	.10	.302
	Espelho	1	.01	.120	0	.00	.000
	Agrafador	2	.03	.168	6	.09	.282
	Total	5	1.25	0.5	21	5.25	3.6
Total	221	18.42	22.3	272	22.7	21.5	
Expetativa Baixa	Real						
	Ventoinha	34	.49	.503	37	.53	.503
	Aspirador	29	.41	.496	33	.47	.203
	Fotografias	43	.61	.490	48	.69	.468
	Buzina	10	.14	.352	17	.24	.432
	Baquetas	35	.50	.504	45	.64	.483
	Jornal	10	.14	.352	11	.16	.367
	Planta	32	.46	.502	37	.53	.503
	Fones	7	.10	.302	10	.14	.352
	Total	200	25	13.86	238	29.75	15.04
Contágio	Colônia	0	.00	.000	11	.16	.367
	Agenda	0	.00	.000	11	.16	.367
	Candeeiro ^b	5	.07	.259	6	.09	.282
	Calendário	0	.00	.000	6	.09	.282
Total	5	1.25	0.5	34	8.5	2.9	
Total	205	17.1	16.1	272	22.7	16	

^a. Item relativo à cena da "secretária".

^b. Item relativo à cena do "quarto".

Os itens de expectativa alta foram evocados 221 vezes na tarefa de evocação inicial ($M = 18.42$; $DP = 22.3$), sendo que 216 itens estavam presentes nas cenas apresentadas ($M = 27$; $DP = 22.97$) e 5 itens presentes nos protocolos de contágio ($M = 1.25$; $DP = 0.5$). Na tarefa de evocação final foram evocados 272 itens de expectativa alta ($M = 22.7$; $DP = 21.5$), com 251

itens reais ($M = 31.4$; $DP = 21.5$) e 21 itens de contágio ($M = 5.25$; $DP = 3.6$).

Relativamente aos itens de expectativa baixa, na tarefa de evocação inicial, foram evocados 200 itens reais ($M = 25$; $DP = 13.86$) e 5 itens de contágio ($M = 1.25$; $DP = 0.5$), resultando num total de 205 itens evocados nesta tarefa ($M = 17.1$; $DP = 16.1$). Na tarefa de evocação final foram evocados 238 itens presentes nas cenas apresentadas ($M = 29.75$; $DP = 15.04$) e 34 itens provenientes dos protocolos de contágio ($M = 8.5$; $DP = 2.9$). O número total de itens evocados nesta tarefa foi de 272 itens ($M = 22.7$; $DP = 16$).

Portanto, regista-se um acréscimo do número de itens evocados da tarefa de evocação inicial para a tarefa de evocação final, independentemente da expectativa e da origem dos itens.

Tabela 5. Totais de frequência da evocação de itens de expectativa alta e de itens de expectativa baixa, em ambas as tarefas de evocação

Itens	Evocação Inicial			Evocação Final			Total			
	<i>n</i>	Média	<i>DP</i>	<i>n</i>	Média	<i>DP</i>	<i>n</i>	Média	<i>DP</i>	
Expectativa Alta	Real	216	27	22.97	251	31.4	21.5	467	29.2	21.6
	Contágio	5	1.25	0.5	21	5.25	3.6	26 ^b	3.25	3.2
	Total	221	18.42	22.3	272	22.7	21.5	493 ^a	20.5	21.5
Expectativa Baixa	Real	200	25	13.86	238	29.75	15.04	438	27.4	14.2
	Contágio	5	1.25	0.5	34	8.5	2.9	39 ^b	4.9	4.6
	Total	205	17.1	16.1	272	22.7	16	477 ^a	19.9	16

^a Total de itens a comparar (expectativa alta *versus* expectativa baixa).

^b Total de itens a comparar (itens de contágio de expectativa alta *versus* itens de contágio de expectativa baixa).

Abordando a questão relativa à provável supremacia dos itens de expectativa alta, de facto, estes foram evocados num número de vezes ($M = 20.5$; $DP = 21.5$) ligeiramente superior, em comparação com os itens de expectativa baixa ($M = 19.9$; $DP = 16$). No que diz respeito à preponderância dos itens de contágio, foi maior a evocação de itens de contágio de expectativa baixa ($M = 4.9$; $DP = 4.6$) do que a de itens de contágio de expectativa alta ($M = 3.25$; $DP = 3.2$).

Assim, considerando os níveis de significância apresentados inicialmente em 1.1., para ambos os grupos (com base nas Tabelas 2 e 3), e as frequências referidas nas Tabelas 4 e 5, conclui-se que houve maior evocação dos itens de expectativa baixa, por contágio, na segunda evocação. Isto é,

registrou-se maior impacto do efeito do contágio social nos itens de expectativa baixa.

1.2. Efeito do contágio social consoante os protocolos

Nos resultados com ambos os protocolos de participantes hipotéticos, para cada protocolo, foram encontrados 3 itens padecentes do efeito do contágio social – “relógio”, $\chi^2(7, N = 37) = .039$, “colónia”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, e “agenda”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, com o protocolo do participante hipotético credível, e “almofada”, $\chi^2(9, N = 33) = .039$, “baquetas”, $\chi^2(11, N = 33) = .013$, e “calendário”, $\chi^2(5, N = 33) = .031$, com o protocolo do participante hipotético não credível. Comparando os valores obtidos com o Teste de McNemar, observou-se maior significância da mudança de sinal na resposta dos participantes quanto aos itens “colónia”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, e “agenda”, $\chi^2(10, N = 37) = .001$, ambos inseridos no protocolo do participante hipotético credível.

No que concerne os restantes itens, cuja evocação não parece ter sido potenciada pelo contágio social, na apresentação do protocolo não credível, os itens “jornal” (2, $N = 33$), “espelho” (0, $N = 33$) e “candeeiro” (4, $N = 33$), todos relativos à cena do “quarto”, têm $\chi^2 = 1.000$, o que equivale a um efeito nulo do contágio social. Já na cena da “secretária”, os itens “dicionário”, $\chi^2(2, N = 33) = .625$, e “fones”, $\chi^2(4, N = 33) = .453$, apresentam níveis de significância igualmente descartáveis. Na apresentação do protocolo credível, apenas o item “computador”, $\chi^2(1, N = 37) = 1.000$, da cena “secretária”, obteve o mesmo valor. Os seguintes itens, nos quais é refletido um impacto menor do contágio social, são “ventoinha”, $\chi^2(9, N = 33) = .629$, e “aspirador”, $\chi^2(8, N = 33) = .424$.

Deste modo, o efeito do contágio social revelou-se maior nos participantes aos quais foi administrado o protocolo de um participante hipotético credível.

2. Análise de correlações entre o efeito do contágio social e o autoconceito e a desejabilidade social

A mudança das respostas do sujeito no sentido das respostas dos participantes hipotéticos implica que itens que não foram evocados na

primeira tarefa de evocação o tenham sido na segunda evocação, evidenciando o efeito do contágio social. De modo a averiguar a relação das variáveis autoconceito e desejabilidade social com a mudança das respostas dos sujeitos para os vários itens foi, em primeiro lugar, criada uma variável dicotômica para cada item (0 = «A resposta manteve-se» e 1 = «A resposta mudou de “Não” para “Sim”»). Depois, foi calculada a correlação entre as respostas alteradas e esta nova variável através do coeficiente r de Pearson. Enquanto medida de significância estatística, foi considerado o valor de $p < .05$ (Havlicek & Peterson, 1977).

No geral, todos os itens presentes nos protocolos de contágio apresentam correlação positiva fraca ($r(68) < .30$) com a variável autoconceito⁵. Além disso, nenhum item apresenta uma relação estatisticamente significativa com o autoconceito ($p > .05$). Por outras palavras, nenhuma mudança de resposta, proveniente do efeito do contágio social, terá sido pautada pelo autoconceito do sujeito.

Subsequentemente, foi feita uma análise semelhante, considerando os fatores compreendidos nesta escala de autoconceito. Igualmente aos valores encontrados na análise com o fator de autoconceito geral, a mudança de resposta de todos itens, evocados pelos participantes do grupo com o protocolo do participante hipotético credível, tem uma correlação positiva fraca com os fatores específicos da escala em causa. Apenas no que concerne a apresentação do protocolo do participante hipotético não credível, o item “dicionário” ($r_{(F2)}(35) = .892, p < .01$; $r_{(F6)}(35) = .002, p < .01$) parece estar relacionado com características do autoconceito, nomeadamente com os fatores “ansiedade” e “satisfação-felicidade”.

Da mesma forma que os resultados das correlações referentes à variável autoconceito, os valores de correlação entre contágio social e desejabilidade social⁶ são positivos e fracos ($r(68) < .30$). Apenas o item “relógio” ($r(68) = .021, p < .05$) revela uma relação significativa com a desejabilidade social.

⁵ Cf. Tabelas 14, 15 e 16 no Anexo F.

⁶ Cf. Tabela 17 no Anexo G.

V – Discussão

A inclusão de informação incorreta em depoimentos legais de testemunhas tem vindo a por em causa a veracidade dos mesmos. Tipicamente, a desinformação relativa ao evento testemunhado provem da exposição da testemunha à recordação de detalhes fictícios desse evento durante interações sociais (Brown et al., 2012; Huff et al., 2016; Roediger et al., 2001). Esta problemática tem vindo a despertar a atenção de vários investigadores (*e.g.*, Loftus & Palmer, 1974; Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001), no sentido de estudar em laboratório o impacto do contágio social e da desinformação no contexto forense, bem como as suas repercussões e métodos eficazes que as contornem.

O presente estudo incide sobre algumas ideias principais acerca do efeito do contágio social, especificamente a maior recordação, por contágio, de itens de expectativa elevada e a deteção de discrepâncias na introdução da desinformação, consoante a apresentação de um protocolo de um comparsa credível *versus* não credível (*e.g.*, Roediger et al., 2001). Procurou-se ainda averiguar se este efeito se correlaciona com variáveis como o autoconceito e a desejabilidade social, na medida em que são, habitualmente, variáveis impactantes na aquisição de informação sugerida por outrem (Gudjonsson, 2003b).

No que diz respeito à primeira hipótese do nosso estudo, que remete para a obtenção do efeito do contágio social, após a introdução de respostas de contágio erróneas, mediante um protocolo de um participante hipotético, foram encontradas mudanças de resposta significativas (de “Não” para “Sim”, no que diz respeito à presença dos itens nas cenas), relativas a itens que constavam nos protocolos de contágio. Concretamente, itens do protocolo do participante hipotético credível (ver Tabela 2), “relógio”, “cómoda” e “impressora”, e do protocolo do participante não credível (ver Tabela 3), “almofada”, “baquetas”, “calendário” e “candeeiro”, foram alvo de maior evocação, após os participantes acederem às respostas dos participantes hipotéticos, no segundo momento de evocação. Adicionalmente, verificou-se que os itens “agenda”, “colónia”, “espelho” e “calendário”, nunca mencionados no primeiro momento de evocação, foram evocados após a introdução dos protocolos de contágio. Estes resultados vão ao encontro da

literatura sobre o paradigma de contágio social (Betz et al., 1996; Meade & Roediger, 2002). Três destes itens (“agenda”, “colónia” e “calendário”) são considerados itens de contágio de expectativa baixa, pelo que, não estando presentes nas cenas visualizadas, seria pouco provável que os participantes os relatassem na primeira evocação (Brewer & Treyns, 1981). Ao contrário dos restantes itens referidos (estes de expectativa elevada e, portanto, expectáveis de incorporarem as respetivas cenas), podemos inferir que esses três itens foram evocados unicamente em função do efeito do contágio social. Desta forma, os resultados aqui apresentados estão em consonância com Roediger et al. (2001) e revelam a existência do efeito do contágio social. Também foram evocados itens de contágio (ou seja, presentes nos protocolos), que não parecem ter sido influenciados pelo contágio social, já que não apresentam resultados significativos ao nível da mudança de sinal entre os dois momentos de evocação (i.e., “impressora”, “espelho”, “candeeiro” e “agrafador”).

No que concerne à supremacia da evocação de itens de expectativa elevada, por meio do contágio social, em comparação com a evocação de itens de expectativa baixa, era esperado (Betz et al., 1996; Brewer & Treyns, 1981; Meade & Roediger, 2002; Miller & Gazzaniga, 1998; Roediger & McDermott, 1995), neste estudo, que os primeiros fossem mais frequentemente evocados do que os segundos, em particular, após a introdução dos protocolos de contágio, o que não se verificou. Especificamente, o efeito do contágio social foi considerado significativo apenas em dois itens de expectativa alta (“relógio” e “almofada”) e em quatro itens de expectativa baixa (“colónia”, “agenda”, “baquetas” e “calendário”), o que sugere maior impacto do contágio social no sentido contrário ao expectável. Ademais, de modo a clarificar a fundamentação destes resultados, a um nível geral, englobando todos os itens presentes nos protocolos de contágio, foram comparadas as frequências dos itens de expectativa alta e de expectativa baixa. Apesar de, no total, os itens de expectativa alta terem sido evocados um maior número de vezes do que os itens de expectativa baixa, os itens de contágio de expectativa baixa foram evocados mais frequentemente que os itens de contágio de expectativa alta. Assim, a hipótese número dois considerada para o presente estudo não foi corroborada. Este aspeto poderá dever-se à dificuldade em caracterizar *a priori* os itens em função da sua

expetativa. Por exemplo, o item “baquetas” poderia constar na representação típica do “quarto” no caso de um participante que estuda música, referindo, assim, esse item em ambos os momentos de evocação, mas tal não suceder quanto à representação típica do “quarto” de um participante cujo foco de interesse é a matemática. Deste modo, o item seria considerado de expetativa alta para o primeiro participante, mas de expetativa baixa para o segundo. Uma alternativa para esta questão seria a caraterização dos itens enquanto “centrais” e “periféricos”. Já que a desinformação afeta, tendencialmente, objetos periféricos das situações observadas por testemunhas reais (Heath & Erickson, 1998; Wilford et al., 2014), esperar-se-ia que os participantes julgassem os itens consoante fossem centrais ou periféricos na cena apresentada, evocando mais itens de contágio periféricos. Assim, a evocação não seria analisada através da expetativa de cada item, a qual poderia oscilar consoante o participante.

Relativamente a qual dos tipos de protocolo de contágio, credível ou não credível, exerceria maior efeito do contágio social (segundo a terceira hipótese do presente estudo, o protocolo de um sujeito hipotético credível seria mais eficaz), verificou-se que os dois itens nos quais foi observada maior significância da mudança de sinal, após a introdução do protocolo de contágio, “colónia” e “agenda”, constam no protocolo do participante hipotético credível. Adicionalmente, certos itens revelaram resultados que se mostram insignificantes estatisticamente ($\chi^2 = 1.000$) no que diz respeito à evocação após contágio social. Por outras palavras, a evocação no segundo momento dos itens “jornal”, “espelho”, “candeeiro”, “dicionário” e “fones”, presentes no protocolo do participante hipotético não credível, espelham um efeito nulo do contágio social. Enquanto isso, o único item, inerente ao protocolo do participante hipotético credível, que padece das mesmas condições de insignificância estatística, é o item “computador”. Desde modo, indo ao encontro da literatura referente a esta questão (Meade & Roediger, 2002), e retomando a terceira hipótese do nosso estudo, os resultados obtidos permitem inferir maior impacto do efeito do contágio social nos participantes aos quais foi administrado o protocolo de um participante hipotético credível.

A propósito da correlação entre o efeito do contágio social e as variáveis autoconceito e deseabilidade social, era esperada uma associação

negativa e positiva, respetivamente, como delineado nas hipóteses quatro e cinco do presente estudo. Relativamente ao autoconceito não foram encontradas correlações minimamente aceitáveis ($r(68) < .30$) com o efeito do contágio social, nem mesmo com significância estatística ($p < .05$). Este resultado sugere que nenhum participante que tenha mudado a sua resposta sobre um item, relativamente à sua presença em uma das cenas apresentadas, devido ao efeito do contágio social, o tenha feito em função de uma perspetiva negativa de si próprio, ou seja, de um autoconceito baixo. Por outro lado, tendo em conta os fatores específicos compreendidos na escala de autoconceito utilizada (Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças), o item “dicionário”, presente no protocolo do participante hipotético não credível, parece estar relacionado com determinados aspetos inerentes ao autoconceito dos indivíduos que o evocaram – nomeadamente, com questões de ansiedade, felicidade e da satisfação dos participantes consigo e com a sua vida. Contudo, as respostas contrárias às influenciadas pelo efeito do contágio social (manter a sua resposta após a apresentação dos protocolos de contágio) poderiam, no fundo, exprimir o impacto de um autoconceito elevado, isto é, a confiança dos participantes que mantiveram as suas respostas ao longo do estudo pode ter potenciado a sua resistência ao efeito do contágio social (Kröner & Biermann, 2007; Robinson & Johnson, 1996; Vaz Serra, 1984). Ainda assim, os resultados encontrados relativos a esta variável não estão de acordo com a literatura (Gudjonsson, 2003b; Kröner & Biermann, 2007; Robinson & Johnson, 1996; Vaz Serra, 1984) e a hipótese número quatro do estudo em apreço não foi corroborada.

Por fim, analisando os resultados referentes à relação entre o efeito do contágio social e a desejabilidade social, também estes se mostraram provocadores, no sentido em que divergem do que era esperado a partir das investigações de Gudjonsson (2003b). De forma semelhante à análise da relação do efeito do contágio social com o autoconceito, as correlações encontradas com a desejabilidade social foram extremamente baixas ($r(68) < .30$) e de significância estatística inválida ($p > .05$), indicando respostas honestas e verdadeiras por parte dos participantes e corroborando aspetos relativos ao reflexo honesto da imagem que têm de si (Lavrakas, 2008 como citado por Pechorro et al., *in press*), observados durante as sessões de

aplicação do protocolo deste estudo. Não obstante, foi encontrada uma relação significativa entre um único item, “relógio”, e a desejabilidade social. Considerando o já referido impacto do contágio social neste item e a sua inserção no protocolo do participante hipotético credível, é, então, possível que os participantes que evocaram o item referido possam tê-lo feito em função da credibilidade do protocolo apresentado. Contudo, este é um aspeto incerto, já que não se dispõe de evidência empírica que o suporte. Deste modo, a quinta hipótese do presente estudo, que assumia a influência da desejabilidade social nas respostas dos participantes, no sentido das respostas presentes nos protocolos de contágio (Gudjonsson, 2003b), não foi corroborada. Relativamente às variáveis autoconceito e desejabilidade social não apresentarem correlação observável com as respostas influenciadas pelo contágio social, tal poderá reforçar a robustez desse mesmo efeito. É, pois, possível que as respostas decorrentes de contágio social dos participantes tenham surgido apenas em função dos protocolos de contágio aplicados, o que pode indicar o poder do efeito do contágio social sobre características como o autoconceito (elevado ou baixo) e a presença da desejabilidade social. Caso o contágio social não se sobrepusesse a ambas as variáveis, estas poderiam ter tido um maior impacto nos resultados.

A dificuldade de determinação do carácter das crenças dos sujeitos, após o efeito do contágio social, poderia ser colmatada pelo resultado negativo da análise do impacto da desejabilidade social. Contudo, esta questão torna-se uma limitação do nosso estudo, na medida em que é impossível demarcar ao certo se os participantes integraram as respostas do participante hipotético como mais corretas e verdadeiras do que as próprias, pois podem ter respondido de acordo com o expectável não devido à desejabilidade, mas por falta de comprometimento no estudo.

Um aspeto previamente constatado por nós, e mais tarde corroborado pelos participantes, recai sobre a desatualização dos estímulos (i.e., as cenas incluem objetos que, hoje em dia, raramente são utilizados e/ou vistos nesses contextos). Deste modo, propomos a realização de um estudo piloto, semelhante ao mencionado por Roediger et al. (2001), a fim de atualizar/modernizar os estímulos utilizados com o PCS.

De uma perspectiva forense, seria importante comparar os desempenhos encontrados no presente estudo com os de uma amostra forense, na faixa etária equivalente, no sentido de perceber que grupo apresentaria uma maior propensão ao efeito do contágio social. A observação de diferenças significativas entre os dois grupos, potencialmente desfavoráveis a amostras forenses que apresentam características de personalidade manipulativa e agressiva, poderia trazer novas recomendações no que concerne as entrevistas forenses no âmbito, por exemplo, de um Centro Educativo (explorar indicadores que suscitem no entrevistador a ideia de que o jovem está a mentir sobre determinado aspeto), bem como a perceção dos psicólogos, e demais profissionais, sobre os relatos de jovens agressores institucionalizados (identificar aspetos fabulizados pelos jovens agressores sobre a sua história de vida – especialmente no sentido de amenizar os crimes cometidos). Outra proposta seria a criação de um instrumento de autorresposta que, correspondendo aos objetivos do PCS, facilite a sua aplicação, particularmente, em contexto forense.

Em suma, é imperativo que o efeito do contágio social seja tomado em conta, aquando do relato de eventos por parte de testemunhas legais. No entanto, os aspetos específicos deste efeito, as consequências que este pode trazer e as técnicas e métodos utilizados para diminuir o seu impacto são temas ainda por explorar.

VI - Conclusões

O foco principal da presente investigação incidiu sobre o efeito do contágio social e a sua operacionalização, proposta por Roediger et al. (2001), através do Paradigma do Contágio Social. Neste sentido, o nosso principal objetivo foi averiguar a presença desse efeito após a exposição dos participantes a protocolos de contágio de dois participantes hipotéticos, credível e não credível, e considerando a tipicidade dos itens incluídos nos protocolos (expetativa elevada *versus* expetativa baixa). Adicionalmente, procurou-se estudar a correlação entre o efeito do contágio social e o autoconceito e a desejabilidade social, de modo a perceber se estas características estão associadas à vulnerabilidade dos participantes ao contágio social.

Verificou-se que ocorreu um efeito expressivo do contágio social, do primeiro para o segundo momento de evocação, isto é, após os participantes estudarem o protocolo de contágio do participante hipotético, apesar deste não ter afetado todos os itens de contágio, como era de esperar. O efeito do contágio social foi considerado mais elevado no que diz respeito à evocação de itens de expectativa baixa e quando da apresentação do protocolo do participante hipotético credível. Considerando a disparidade entre os resultados encontrados e a literatura prévia, em relação à evocação, por contágio, dos itens de expectativa baixa, é importante sublinhar que este tipo de estudos se deve continuar a desenvolver, procurando-se utilizar estímulos mais adequados, a fim de obter resultados mais rigorosos e de, conseqüentemente, se poderem estabelecer indicações fidedignas e válidas para a investigação da veracidade de relatos de testemunhas em tribunal (i.e., entrevistas forenses).

Relativamente à análise das correlações com o contágio social, não foram encontradas relações estatisticamente significativas entre este efeito e o autoconceito e a desejabilidade social. Da mesma forma, é necessário que a investigação neste contexto se desenvolva no futuro, já que a literatura existente sobre o tema, apesar de escassa, revela o quão importante poderá ser o papel destas características individuais na propensão do sujeito a aceitar, ou não, informação errada sobre um acontecimento. Assim, esta torna-se uma área sensível, e digna de pesquisa, no que diz respeito às causas da inserção de desinformação em relatos de testemunhas reais.

Sendo este um estudo exploratório no que diz respeito à problemática do efeito do contágio social em adolescentes portugueses, conclui-se que esta é uma área de investigação que carece ainda de investigação empírica adaptada à sociedade contemporânea: desde as imagens incorporadas no Paradigma do Contágio Social (cf. Roediger et al., 2001), à carga cognitiva implicada no protocolo de avaliação, que poderá ser excessiva para a comunidade forense, até à dificuldade da quantificação dos diversos resultados encontrados pelos investigadores.

Bibliografia

- Adedokun, O. A., & Burgess, W. D. (2012). Analysis of paired dichotomous data: A gentle introduction to the McNemar Test in SPSS. *Journal of MultiDisciplinary Evaluation*, 8(17), 125-131.
- Allen, V. L. (1965). Conformity and the role of deviant. *Journal of Personality*, 33(4), 584-597. doi:10.1111/j.1467-6494.1965.tb01404.x
- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and conformity: I. A minority of one against a unanimous majority. *Psychological Monographs: General and Applied*, 70(9), 1-70. doi:10.1037/h0093718
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Nova Iorque, NY: Cambridge University Press.
- Basden, B. H., Basden, D. R., Bryner, S., & Thomas, R. L. (1997). A comparison of group and individual remembering: Does collaboration disrupt retrieval strategies? *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 23(5), 1176-1189. doi:10.1037/0278-7393.23.5.1176
- Betz, A. L., Skowronski, J. J., & Ostrom, T. M. (1996). Shared realities: Social influence and stimulus memory. *Social Cognition*, 14(2), 113-140. doi:10.1521/soco.1996.14.2.113
- Binet, A. (1900). *La suggestibilité*. Paris, França: Schleicher Freres.
- Bond, R., & Smith, P. B. (1996). Culture and conformity: A meta-analysis of studies using Asch's (1952b, 1956) line judgment task. *Psychological Bulletin*, 119(1), 111-137. doi:10.1037//0033-2909.119.1.111
- Boone, K. B., Salazar, X., Lu, P., Warner-Chacon, K., & Razani, J. (2002). The Rey 15-Item recognition trial: A technique to enhance sensitivity of the Rey 15-Item memorization test. *Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology*, 24(5), 561-573. doi:10.1076/jcen.24.5.561.1004
- Bovard, E. W. (1951). Group structure and perception. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 46(3), 398-405. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/h0058994>
- Brewer, W. F., & Treyens, J. C. (1981). Role of schemata in memory for places. *Cognitive Psychology*, 13(2), 207-230. doi:10.1016/00100285(81)90008-6
- Brown, A. D., Kouri, N., & Hirst, W. (2012). Memory's malleability: Its role in shaping collective memory and social identity. *Frontiers in*

- Psychology*, 3(257). doi:10.3389/fpsyg.2012.00257
- Carmichael, L., Hogan, H. P., & Walter, A. A. (1932). An experimental study of the effect of language on the reproduction of visually perceived form. *Journal of Experimental Psychology*, 15(1), 73-86. doi:10.1037/h0072671
- Chagas, E. F. (2016). *Módulo 3 - Análise de dados categóricos e teste diagnóstico no SPSS* (3). Universidade de Marília. doi:10.13140/RG.2.2.20085.37605
- Chan, J. C., Thomas, A. K., & Bulevich, J. B. (2009). Recalling a witnessed event increases eyewitness suggestibility: The reversed testing effect. *Psychological Science*, 20(1), 66-73. doi:10.1111/j.1467-9280.2008.02245.x
- Chan, J. C., Wilford, M. M., & Hughes, K. L. (2012). Retrieval can increase or decrease suggestibility depending on how memory is tested: The importance of source complexity. *Journal of Memory and Language*, 67(1), 78-85. doi:10.1016/j.jml.2012.02.006
- Clark, S. E., Abbe, A., & Larson, R. P. (2006). Collaboration in associative recognition memory: Using recalled information to defend "new" judgments. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 32(6), 1266-1273. doi:10.1037/0278-7393.32.6.1266
- Cuc, A., Ozuru, Y., Manier, D., & Hirst, W. (2006). On the formation of collective memories: The role of a dominant narrator. *Memory & Cognition*, 34(4), 752-762. doi:10.3758/bf03193423
- Daniel, T. C. (1972). Nature of the effect of verbal labels on recognition memory for form. *Journal of Experimental Psychology*, 96(1), 152-157. doi:10.1037/h0033486
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51(3), 629-636. doi:10.1037/h0046408
- Gallo, D. A., & Roediger, H. L. (2002). Variability among word lists in eliciting memory illusions: Evidence for associative activation and monitoring. *Journal of Memory and Language*, 47(3), 469-497. doi:10.1016/s0749-596x(02)00013-x
- Gerard, H. B. (1954). The anchorage of opinions in face-to-face groups. *Human Relations*, 7(3), 313-325. doi:10.1177/001872675400700303
- Gordon, L. T., Thomas, A. K., & Bulevich, J. B. (2015). Looking for answers in all the wrong places: How testing facilitates learning of misinformation. *Journal*

- of Memory and Language*, 83, 140-151. doi:10.1016/j.jml.2015.03.007
- Gudjonsson, G. H. (2003). Psychology brings justice: the science of forensic psychology. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 13(3), 159-167. doi:10.1002/cbm.539
- Gudjonsson, G. H. (2003b). Interrogative suggestibility: Empirical findings. In G. H. Gudjonsson (Ed.), *The psychology of interrogations and confessions: A handbook* (pp. 360-414). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Havlicek, L. L., & Peterson, N. L. (1977). Effect of the violation of assumptions upon significance levels of the Pearson r. *Psychological Bulletin*, 84(2), 373-377.
- Hays, R. D., Hayashi, T., & Stewart, A. L. (1989). A five-item measure of socially desirable response set. *Educational and Psychological Measurement*, 49(3), 629-636. doi:10.1177/001316448904900315
- Heath, W. P., & Erickson, J. R. (1998). Memory for central and peripheral actions and props after varied post-event presentation. *Legal and Criminological Psychology*, 3(2), 321-346. doi:10.1111/j.2044-8333.1998.tb00369.x
- Hirst, W., & Echterhoff, G. (2012). Remembering in conversations: The social sharing and reshaping of memories. *Annual Review of Psychology*, 63(1), 55-79. doi:10.1146/annurev-psych-120710-100340
- Huff, M. J., Davis, S. D., & Meade, M. L. (2013). The effects of initial testing on false recall and false recognition in the social contagion of memory paradigm. *Memory & Cognition*, 41(6), 820-831. doi:10.3758/s13421-013-0299-4
- Huff, M. J., Weinsheimer, C. C., & Bodner, G. E. (2016). Reducing the misinformation effect through initial testing: Take two tests and recall me in the morning? *Applied Cognitive Psychology*, 30(1), 61-69. doi:10.1002/acp.3167
- Jacoby, L. L., Kelley, C. M., & Dywan, J. (1989). Memory attributions. In H. L. Roediger & F. Craik (Eds.), *Varieties of memory and consciousness: Essays in honour of Endel Tulving* (pp. 391-422). Londres, Inglaterra: Psychology Press.
- Karns, T. E., Irvin, S. J., Suranic, S. L., & Rivardo, M. G. (2009). Collaborative recall reduces the effect of a misleading post event narrative. *North American Journal of Psychology*, 11(1), 17-28.
- Kelman, H. C. (1961). Processes of opinion change. *Public Opinion Quarterly*, 25(1),

- 57-78. doi:10.1086/266996
- Kröner, S., & Biermann, A. (2007). The relationship between confidence and self-concept — Towards a model of response confidence. *Intelligence*, *35*(6), 580-590. doi:10.1016/j.intell.2006.09.009
- Lindsay, D. S., & Johnson, M. K. (1989). The eyewitness suggestibility effect and memory for source. *Memory & Cognition*, *17*(3), 349-358. doi:10.3758/bf03198473
- Loftus, E. F. (1979). Reactions to blatantly contradictory information. *Memory & Cognition*, *7*(5), 368-374. doi:10.3758/bf03196941
- Loftus, E. F., Miller, D. G., & Burns, H. J. (1978). Semantic integration of verbal information into a visual memory. *Journal of Experimental Psychology: Human Learning & Memory*, *4*(1), 19-31. doi:10.1037//0278-7393.4.1.19
- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *13*(5), 585-589. doi:10.1016/s0022-5371(74)80011-3
- Luus, C. A., & Wells, G. L. (1994). The malleability of eyewitness confidence: Co-witness and perseverance effects. *Journal of Applied Psychology*, *79*(5), 714-723. doi:10.1037/0021-9010.79.5.714
- McDermott, K. B., & Watson, J. M. (2001). The rise and fall of false recall: The impact of presentation duration. *Journal of Memory and Language*, *45*(1), 160-176. doi:10.1006/jmla.2000.2771
- Meade, M. L., & Roediger, H. L. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition*, *30*(7), 995-1009. doi:10.3758/bf03194318
- Miller, M. B., & Gazzaniga, M. S. (1998). Creating false memories for visual scenes. *Neuropsychologia*, *36*(6), 513-520. doi:10.1016/s00283932(97)00148-6
- Mitchell, K. J., & Zaragoza, M. S. (1996). Repeated exposure to suggestion and false memory: The role of contextual variability. *Journal of Memory and Language*, *35*(2), 246-260. doi:10.1006/jmla.1996.0014
- Moscovici, S. (1980). Toward A Theory of Conversion Behavior. *Advances in Experimental Social Psychology*, *13*, 209-239. doi:10.1016/s0065-2601(08)60133-1
- Nail, P. R., & Sznajd-Weron, K. (2016). Rethinking the diamond model: Theory and

- research support self-anticonformity as a basic response and influence process. In D. J. Howard (Ed.), *The psychology of consumer and social influence: Theory and research* (pp. 99-136). Hauppauge, NY: Nova Science Publishers.
- Nail, P. R., MacDonald, G., & Levy, D. A. (2000). Proposal of a four-dimensional model of social response. *Psychological Bulletin*, *126*(3), 454-470. doi:10.1037//0033-2909.126.3.454
- Paterson, H. M., & Kemp, R. I. (2006). Comparing methods of encountering post-event information: the power of co-witness suggestion. *Applied Cognitive Psychology*, *20*(8), 1083-1099. doi:10.1002/acp.1261
- Pechorro, P., Nunes, C., Gonçalves, R. A., Jesus, S. N., & Simões, M. R. (in press). A Escala de Respostas Socialmente Desejáveis – 5: Validação numa amostra escolar de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnostico y Evaluacion Psicologica*.
- Piers, E. V., & Herzberg, D. (2002). *Piers-Harris Children's Self-concept Scale* (2^a ed.). Wilshire Boulevard, CA: Western Psychological Services.
- Rey, A. (1964). *L'examen clinique en psychologie*. Paris, França: Presses Universitaires de France.
- Robinson, M. D., & Johnson, J. T. (1996). Recall memory, recognition memory, and the eyewitness confidence-accuracy correlation. *Journal of Applied Psychology*, *81*(5), 587-594. doi:10.1037/0021-9010.81.5.587
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, *21*(4), 803-814. doi:10.1037//0278-7393.21.4.803
- Roediger, H. L., Meade, M. L., & Bergman, E. T. (2001). Social contagion of memory. *Psychonomic Bulletin & Review*, *8*(2), 365-371. Retrieved from <https://doi.org/10.3758/BF03196174>
- Ross, M., Spencer, S. J., Blatz, C. W., & Restorick, E. (2008). Collaboration reduces the frequency of false memories in older and younger adults. *Psychology and Aging*, *23*(1), 85-92. doi:10.1037/0882-7974.23.1.85
- Rush, R. A., & Clark, S. E. (2013). Social contagion of correct and incorrect information in memory. *Memory*, *22*(8), 937-948. doi:10.1080/09658211.2013.859268
- Schacter, D. L., & Addis, D. R. (2007). The cognitive neuroscience of constructive

- memory: Remembering the past and imagining the future. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 362(1481), 773-786. doi:10.1098/rstb.2007.2087
- Schneider, D. M., & Watkins, M. J. (1996). Response conformity in recognition testing. *Psychonomic Bulletin & Review*, 3(4), 481-485. doi:10.3758/bf03214550
- Simões, M., Sousa, L., Duarte, P., Firmino, H., Pinho, M. S., Gaspar, N., ... França, S. (2010). Avaliação da simulação ou esforço insuficiente com o Rey 15-Item Memory Test (15-IMT): Estudos de validação em grupos de adultos idosos. *Análise Psicológica*, 28(1), 209-226. doi:10.14417/ap.269
- Skagerberg, E. M., & Wright, D. B. (2008). The prevalence of co-witnesses and co-witness discussions in real eyewitnesses. *Psychology, Crime & Law*, 14(6), 513-521. doi:10.1080/10683160801948980
- Smith, J. R., & Haslam, S. A. (2012). *Social psychology: Revisiting the classic studies* (2^a ed.). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Thomas, A. K., Bulevich, J. B., & Chan, J. C. (2010). Testing promotes eyewitness accuracy with a warning: Implications for retrieval enhanced suggestibility. *Journal of Memory and Language*, 63(2), 149-157. doi:10.1016/j.jml.2010.04.004
- Underwood, J., & Pezdek, K. (1998). Memory suggestibility as an example of the sleeper effect. *Psychonomic Bulletin & Review*, 5(3), 449-453. doi:10.3758/bf03208820
- Vaz Serra, A. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2(6), 101-110.
- Veiga, F. H. (2006). Uma nova versão da escala de autoconceito Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHSCS-2). *Psicologia e Educação*, 5(1), 39-48.
- Wechsler, D. (2003). *Escala de Inteligência de Wechsler para Crianças* (3^a ed.). Lisboa: CEGOC.
- Wechsler, D. (2008). *Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos* (3^a ed.). Lisboa: CEGOC-TEA.
- Weldon, M. S. (2000). Remembering as a social process. *Psychology of Learning and Motivation*, 40, 67-120. doi:10.1016/S0079-7421(00)80018-3
- Weldon, M. S., & Bellinger, K. D. (1997). Collective memory: Collaborative and individual processes in remembering. *Journal of Experimental Psychology*:

- Learning, Memory, and Cognition*, 23(5), 1160-1175.
- Weldon, M. S., Blair, C., & Huebsch, P. D. (2000). Group remembering: Does social loafing underlie collaborative inhibition? *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 26(6), 1568-1577. doi:10.1037/0278-7393.26.6.1568
- Wilford, M. M., Chan, J. C., & Tuhn, S. J. (2014). Retrieval enhances eyewitness suggestibility to misinformation in free and cued recall. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 20(1), 81-93. doi:10.1037/xap0000001
- Zaragoza, M. S., Belli, R. F., & Payment, K. E. (2007). Misinformation effects and the suggestibility of eyewitness memory. In M. Garry & H. Hayne (Eds.), *Do justice and let the sky fall: Elizabeth F. Loftus and her contributions to science, law, and academic freedom* (pp. 35-63). Londres, Inglaterra: Psychology Press.
- Zaragoza, M. S., & Koshmider, J. W. (1989). Misled subjects may know more than their performance implies. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 15(2), 246-255. doi:10.1037//0278-7393.15.2.246
- Zaragoza, M. S., & Lane, S. M. (1994). Source misattributions and the suggestibility of eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 20(4), 934-945. doi:10.1037//0278-7393.20.4.934

Anexos

Anexo A – Dados sobre a desejabilidade social da amostra

Tabela 6. Descrição da desejabilidade social da amostra

Ensaio	Resultados médios para jovens adultos (Simões et al., 2010)	Resultados obtidos no presente estudo
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>
Evocação Imediata	14.7 (.80)	14.76 (.788)
Reconhecimento	14.8 (.67)	14.94 (.289)
Falsos Positivos	.13 (.59)	.06 (.289)
Resultado Combinado	29.38 (1.42)	29.34 (1.202)

Considerando a amostra de jovens adultos do estudo de Simões et al. (2010), todos os indicadores da amostra do presente estudo se revelam dentro da média. Ademais, no que diz respeito ao Ensaio de Reconhecimento e ao indicador Resultado Combinado, os resultados de todos os participantes encontram-se acima dos pontos de corte propostos pelos autores, para adultos saudáveis, > 9 e > 20, respetivamente. Estes resultados apontam para a inexistência de comportamentos de simulação e/ou esforço suficiente, por parte dos participantes do nosso estudo.

Anexo B – Declaração de Consentimento Informado para os Encarregados de Educação dos Participantes

Eu, abaixo assinado _____, autorizo a participação do(a) meu(minha) encarregando(a), _____, no estudo sobre memória referente à dissertação de Mestrado em Psicologia Forense de Daniela Filipa Oliveira Ferreira, sob orientação da Prof.^a Doutora Maria Salomé Pinho da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sei que previamente, ser-á explicada a natureza e objetivos do estudo e serão esclarecidos todos os aspetos que parecerem importantes ao(à) meu(minha) encarregando(a). Será ainda informado(a) de que pode desistir de colaborar neste estudo, em qualquer momento, se esse for o seu desejo. Foi-me concedida a possibilidade de colocar questões e garantida a confidencialidade e anonimato dos meus dados e do(a) meu(minha) encarregando(a).

Salvaterra de Magos, ____ de _____ de 2019

O(A) Encarregado(a) de Educação:

A investigadora:

Para qualquer dúvida que persista sobre o estudo contacte: 910841525 / df.ferreira@hotmail.com

Anexo C – Declaração de Consentimento Informado para os Participantes

Eu, abaixo assinado _____, estou de acordo em participar no estudo sobre memória referente à dissertação de Mestrado em Psicologia Forense de Daniela Filipa Oliveira Ferreira, sob orientação da Prof.^a Doutora. Maria Salomé Pinho, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Previamente, foi-me explicada a natureza e objetivos do estudo, concedida a possibilidade de colocar questões e foram esclarecidos todos os aspetos que me pareceram importantes. Foi-me garantida a confidencialidade e anonimato dos meus dados e fui igualmente informado(a) de que posso desistir de colaborar neste estudo, em qualquer momento, se esse for o meu desejo.

Salvaterra de Magos, ____ de _____ de 2019

O/A participante:

A investigadora:

Anexo D – Imagens das cenas “Quarto” e “Secretária”

Imagem 1. Cena “Quarto”.



Imagem 2. Cena “Secretária”.



Anexo E – Análise estatística, através do cálculo da ANOVA de medidas repetidas mista, do efeito do contágio social; relação entre contágio social e as variáveis autoconceito e desejabilidade social

1. Efeito do contágio social

A fim de averiguar a presença do efeito do contágio social nas respostas dos participantes, após a apresentação dos protocolos de contágio, foi também calculada a ANOVA mista de medidas repetidas.

Em primeiro lugar, foram validados os pressupostos inerentes à utilização deste método estatístico. A normalidade das distribuições em estudo foi avaliada através do teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) e dos respectivos valores de assimetria e curtose. Apesar de as variáveis não apresentarem uma distribuição normal ($p < .05$), de acordo com o teste K-S, segundo Marôco (2014), esta análise estatística (F da ANOVA) mantém-se robusta perante distribuições que apresentem assimetrias e/ou achatamentos respeitáveis. É, portanto, possível adotar a utilização da ANOVA nestas condições, considerando a dimensão dos grupos em análise ($n_{\text{(Grupo 0)}} = 33$ e $n_{\text{(Grupo 1)}} = 37$) e os valores de assimetria e curtose referentes às variáveis analisadas, os quais, tendo em conta os valores apresentados por Kline (1998 como citado por Marôco, 2014), indicam uma violação pouco severa da distribuição normal ($sk < 3$; $ku < 8$). Relativamente ao pressuposto da homogeneidade entre os grupos, o teste de *Levene* corrobora H_0 , apontando para a homogeneidade dos grupos em apreço ($p > .05$). Adicionalmente, o pressuposto da esfericidade, avaliado pelo teste de esfericidade de *Mauchly*, foi validado, indicando a independência das variáveis medidas nos sujeitos experimentais ($W = 1.000$; $\chi^2 = .000$; $p > .05$). De acordo ainda com Marôco (2014), a validação deste teste é o bastante para recorrer a uma análise estatística com base na ANOVA de medidas repetidas mista. Por fim, no sentido de averiguar as diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis, considerou-se um $p < .05$.

Na Tabela 7 constam os resultados médios obtidos nos dois momentos de evocação, considerando o protocolo de contágio apresentado.

Influência do contágio social na evocação de cenas: Estudo com o paradigma do contágio social mediante dois tipos de protocolos de participantes hipotéticos (creível versus não creível)

Daniela Filipa Oliveira Ferreira (df.ferreira@hotmail.com) 2019

Tabela 7. Resultados médios dos dois momentos de evocação, considerando o protocolo de contágio

	Protocolo de Contágio Credível			Protocolo de Contágio Não Credível			Total		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>
	Evocação 1	5.97	1.756	37	6.21	1.816	33	6.09	1.775
Evocação 2	7.76	2.640	37	7.79	2.233	33	7.77	2.439	70

Na Tabela 8 são apresentados os resultados da análise às diferenças entre os dois momentos de evocação, e a sua interação com o fator independente, o protocolo de contágio apresentado.

Tabela 8. Efeito contágio social no segundo momento de evocação e impacto do protocolo de contágio

	<i>F</i>	g.l.	Sig.
Evocação ^a	39.336	1	.000
Evocação*Protocolo_Contágio ^a	.151	1	.699
Protocolo_contágio ^b	.095	1	.759

^a Medida intrasujeitos.

^b Medida intersujeitos.

O número médio de respostas obtidas na evocação prévia à apresentação do protocolo de contágio ($M = 6.09$, $DP = 1.78$, $n = 70$) é diferente do número médio de respostas obtidas no segundo momento de evocação ($M = 7.77$, $DP = 2.44$, $n = 70$) e esta diferença é significativa ($F(1, 68) = 39.34$, $p < .001$), mas não é qualificada pela interação com o protocolo de contágio aplicado ($F(1, 68) = .151$, $p > .70$)

Estes resultados indicam a presença do efeito do contágio social em ambos os grupos em análise, indo ao encontro da hipótese 1 do estudo corrente e dos resultados obtidos por Roediger et al. (2001).

A diferença entre o número médio de respostas, entre os dois momentos de evocação (E1 e E2), quando da apresentação do protocolo de contágio

credível ($N = 37$), $M_{E1} = 5.97$, $DP_{E1} = 1.76$, $M_{E2} = 7.76$, $DP_{E2} = 2.64$, e o número médio de respostas, entre os dois momentos de evocação, após a apresentação do protocolo de contágio não credível ($N = 33$). $M_{E1} = 6.21$, $DP_{E1} = 1.81$, $M_{E2} = 7.79$, $DP_{E2} = 2.23$, não é estatisticamente significativa. Assim, o número de respostas evocadas no segundo momento de evocação não é influenciado pelo tipo de protocolo (credível *versus* não credível) a que os participantes foram submetidos ($F(1, 68) = .95$, $p > .70$).

Estes resultados apontam para a ineficácia do protocolo de contágio credível em produzir maior efeito de contágio social, o que não está de acordo com os resultados de Meade e Roediger (2002), nem corrobora a hipótese número 3 do presente estudo.

Na Tabela 9 constam os resultados médios da evocação de itens de expectativa elevada e de itens de expectativa baixa, obtidos nos dois momentos de evocação, considerando o protocolo de contágio apresentado.

Tabela 9. Evocação de itens de expectativa elevada e de itens de expectativa baixa, nos dois momentos de evocação, considerando o protocolo de contágio.

		Protocolo de Contágio Credível			Protocolo de Contágio Não Credível			Total		
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>
Expectativa Elevada	Evocação 1	3.00	.199	37	3.33	.210	33	3.16	1.211	70
	Evocação 2	3.78	.239	37	4.00	.254	33	3.89	1.450	70
Expectativa Baixa	Evocação 1	2.97	.224	37	2.88	.237	33	2.93	1.355	70
	Evocação 2	3.97	.259	37	3.79	1.274	33	3.89	1.565	70

Na Tabela 10 são apresentados os resultados da análise às diferenças da evocação de itens de expectativa elevada e de itens de expectativa baixa, entre os dois momentos de evocação, e a sua interação com o fator independente, o tipo de protocolo de contágio apresentado.

Tabela 10. Efeito de contágio social na evocação de itens de expectativa elevada e de itens de expectativa baixa, no segundo momento de evocação e impacto do protocolo de contágio

	Evocação 1			Evocação 2		
	<i>F</i>	g.l.	Sig.	<i>F</i>	g.l.	Sig.
Expectativa ^a	1.170	1	.283	.003	1	.957
Expectativa*Protocolo_Contágio ^a	.922	1	.340	.888	1	.349
Protocolo_Contágio ^b	.313	1	.577	.003	1	.958

^a Medida intrasujeitos.

^b Medida intersujeitos.

Comparando a média de evocações de itens de expectativa elevada ($M = 3.16$, $DP = 1.21$, $n = 70$) com a média de evocação de itens de expectativa baixa ($M = 2.93$, $DP = 1.36$, $n = 70$), na evocação prévia à apresentação do protocolo de contágio, não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($F(1, 68) = 1.17$, $p > .28$). O mesmo acontece quando da segunda evocação ($F(1, 68) = .00$, $p > .95$), comparando a média de evocações de itens de expectativa elevada ($M = 3.89$, $DP = 1.45$, $n = 70$) e de itens de expectativa baixa ($M = 3.89$, $DP = 1.565$, $n = 70$). Ademais, estes resultados não foram influenciados pela interação com o tipo de protocolo de contágio apresentado ($F(1, 68) = .89$, $p > .34$).

Aquando da aplicação dos protocolos de contágio, credível e não credível, apesar do número médio de evocações de itens de expectativa elevada e de expectativa baixa aumentar na segunda evocação, a apresentação desses protocolos não parece ter tido impacto nas respostas dos participantes ($F(1, 68) = .00$, $p > .96$) no segundo momento de evocação.

Podemos, então, concluir que o efeito do contágio social não diferencia a expectativa, elevada ou baixa, dos itens. Estes resultados diferem dos apresentados na revisão que fizemos da literatura (Betz et al., 1996; Brewer & Treyens, 1981; Meade & Roediger, 2002; Miller & Gazzaniga, 1998; Roediger & MCDermott, 1995) e não corroboram a segunda hipótese apresentada no nosso estudo.

2. Correlações entre o efeito do contágio social e as variáveis autoconceito e desejabilidade social

A mudança das respostas do sujeito no sentido das respostas dos sujeitos hipotéticos implica os itens que não foram evocados na primeira tarefa e que o foram na segunda tarefa, o que, teoricamente, traduz o impacto do contágio social. De modo a averiguar qual a influência das variáveis autoconceito e desejabilidade social na mudança das respostas dos sujeitos para os vários itens foi, em primeiro lugar, criada uma nova variável dicotômica para cada item (0 = «A resposta manteve-se» e 1 = «A resposta mudou de “Não” para “Sim”»). A soma de todas as respostas com o valor 1, «A resposta mudou de “Não” para “Sim”», resulta na variável “Contágio” de cada sujeito – a frequência com que o sujeito incorporou as respostas do participante hipotético, evocando-as. Foi, depois, calculada a correlação entre a variável “Contágio” e as variáveis em estudo, através do r de Pearson. Enquanto medida de significância estatística, foi considerado o valor de $p < .05$ (Havlicek & Peterson, 1977).

A Tabela 11 apresenta a correlação, e referente nível de significância estatística, entre a variável “Contágio” e o Fator Geral da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças, a qual foi utilizada para recolher a medida de autoconceito dos participantes.

Tabela 11. Correlação entre o efeito do contágio social e o Fator Geral da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças

	Fator Geral de Autoconceito	
	r	p
Contágio	-.011	.929

O Fator Geral de Autoconceito, da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças, apresenta uma correlação negativa ínfima ($r(68) < -.10$, $p > .92$) com a variável “Contágio”, ou seja, nenhuma mudança de resposta, proveniente do efeito do contágio social, se encontra relacionada com o autoconceito do sujeito. Estes resultados não vão ao encontro da literatura (Gudjonsson, 2003b; Kröner & Biermann, 2007; Robinson & Johnson, 1996; Vaz Serra, 1984) ou à hipótese número 4 estabelecida para este estudo.

Foi ainda feita uma análise semelhante, desta vez, ao nível dos fatores

compreendidos na referida escala.

Na Tabela 12 estão descritos os valores relativos à correlação entre esses mesmos fatores e o efeito do contágio social.

Tabela 12. Correlação entre o efeito do contágio social e os vários fatores da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças

Fatores ^a		Contágio
F1	<i>r</i>	.002
	<i>p</i>	.986
F2	<i>r</i>	-.035
	<i>p</i>	.777
F3	<i>r</i>	.011
	<i>p</i>	.928
F4	<i>r</i>	-.081
	<i>p</i>	.504
F5	<i>r</i>	.124
	<i>p</i>	.305
F6	<i>r</i>	-.086
	<i>p</i>	.477

^a F1 = Aspeto Comportamental; F2 = Ansiedade; F3 = Estatudo Intelectual; F4 = Popularidade; F5 = Aparência Física; F6 = Satisfação-Felicidade.

Igualmente aos valores encontrados na análise com o Fator Geral de autoconceito, nenhuma correlação se mostra estatisticamente significativa ($p < .05$), sendo que o efeito do contágio social mantém uma correlação positiva fraca com o Fator “Aspeto Comportamental” e uma correlação negativa ínfima com os restantes fatores.

Estes resultados corroboram a ideia de que as respostas influenciadas pelo contágio social não parecem depender do autoconceito dos participantes. Tal ideia é incongruente com a hipótese estabelecida no presente estudo, com base na literatura (Gudjonsson, 2003b; Kröner & Biermann, 2007; Robinson & Johnson, 1996; Vaz Serra, 1984).

A Tabela 13 apresenta a correlação, e referente nível de significância estatística, entre a variável “Contágio” e o Resultado Total da Escala de Respostas Socialmente Desejáveis, de 5 itens, (ERSD-5), utilizada na recolha de dados sobre a desejabilidade social dos participantes.

Tabela 13. Correlação entre o efeito do contágio social e a desejabilidade social

	Resultado Total ERSD-5	
	<i>r</i>	<i>p</i>
Contágio	-.011	.929

Da mesma forma que os resultados referentes à variável autoconceito, a desejabilidade social apresenta correlação negativa ínfima ($r(68) < -.011, p > .93$) com o efeito do contágio social, o que significa que a mudança de resposta, influenciada pelo efeito do contágio social, não se encontra associada à desejabilidade social.

Assim, não se corroborou a hipótese de que a desejabilidade social influencia as respostas dos participantes no sentido das respostas implícitas nos protocolos de contágio (Gudjonsson, 2003b).

Anexo F – Correlação entre o efeito do contágio social, considerando cada item de contágio, e o autoconceito

Na Tabela 14 estão inscritas as correlações, e respectivos níveis de significância estatística, entre cada item presente nos protocolos de contágio e o Fator Geral da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças (versão portuguesa de Veiga, 2006).

Tabela 14. Correlação entre o efeito do contágio social e o Fator Geral da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças

Itens	Fator Geral de Autoconceito		
	<i>r</i>	<i>p</i>	
Protocolo de Contágio do Participante Hipotético Credível	Cama	.12	.920
	Ventoinha	.111	.359
	Aspirador	-.089	.461
	Relógio	.125	.302
	Cómoda	.146	.226
	Colónia	.131	.278
	Computador	.012	.920
	Fotografias	.099	.417
	Buzina	.071	.561
	Impressora	.078	.524
	Candeeiro ^a	.033	.786
Agenda	.111	.360	
Protocolo de Contágio do Participante Hipotético Não Credível	Almofada	-.186	.124
	Baquetas	-.124	.306
	Jornal	.098	.419
	Espelho	-	-
	Persianas	-.152	.209
	Candeeiro ^b	-.064	.597
	Canetas	-.140	.248
	Planta	-.043	.726
	Fones	-.043	.726
	Agrafador	-.106	.384
	Dicionário	-.223	.063
Calendário	-.029	.813	

^a Item relativo à cena da “secretária”.

^b Item relativo à cena do “quarto”.

Na Tabela 15 constam os valores relativos à correlação entre os fatores da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças e os itens evocados no grupo exposto ao protocolo do participante hipotético credível.

Tabela 15. Correlação entre o efeito do contágio social e os fatores da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças, para o grupo de apresentação do protocolo do participante hipotético credível

Fatores	Itens da Cena "Quarto"						
		Cama	Ventoinha	Aspirador	Relógio	Cômoda	Colónia
F1 ^c	<i>r</i>	-.172	.055	-.098	-.030	.028	.054
	<i>p</i>	.154	.652	.420	.803	.820	.658
F2 ^c	<i>r</i>	-.069	.037	.045	.045	.054	-.011
	<i>p</i>	.570	.764	.713	.713	.655	.928
F3 ^c	<i>r</i>	.033	.107	-.174	.097	.212	.194
	<i>p</i>	.789	.380	.149	.423	.077	.108
F4 ^c	<i>r</i>	.111	-.137	-.050	.138	-.054	-.031
	<i>p</i>	.359	.257	.680	.255	.656	.801
F5 ^c	<i>r</i>	.054	.202	.15	.122	.091	.072
	<i>p</i>	.656	.093	.202	.316	.453	.51
F6 ^c	<i>r</i>	.104	.000	.087	-.145	-.046	.000
	<i>p</i>	.391	1.000	.475	.233	.705	1.000

Fatores	Itens da Cena "Secretária"						
		Computador	Fotografias	Buzina	Impressora	Candeeiro	Agenda
F1 ^c	<i>r</i>	.010	.091	-.201	.003	-.072	-.091
	<i>p</i>	.932	.453	.095	.978	.552	.453
F2 ^c	<i>r</i>	-.123	.037	-.032	-.015	-.022	.091
	<i>p</i>	.311	.764	.791	.902	.856	.452
F3 ^c	<i>r</i>	.114	.058	.047	.052	.134	.116
	<i>p</i>	.347	.632	.700	.669	.267	.338
F4 ^c	<i>r</i>	-.115	-.036	.085	.044	-.083	.023
	<i>p</i>	.345	.764	.483	.718	.493	.850
F5 ^c	<i>r</i>	.232	.061	.144	.023	.078	.101
	<i>p</i>	.054	.614	.233	.850	.523	.407
F6 ^c	<i>r</i>	-.208	.062	.218	.145	.000	.000
	<i>p</i>	.084	.610	.070	.233	1.000	1.000

^a Item relativo à cena da "secretária".

^b Item relativo à cena do "quarto".

^c F1 = Aspeto Comportamental; F2 = Ansiedade; F3 = Estatudo Intelectual; F4 = Popularidade; F5 = Aparência Física; F6 = Satisfação-Felicidade.

Na Tabela 16 consta a análise da correlação entre os 6 fatores da escala de autoconceito referida e os itens evocados pelo grupo que recebeu o protocolo do participante hipotético não credível.

Tabela 16. Correlação entre o efeito do contágio social e os fatores da Escala de Autoconceito de Piers-Harris para Crianças, para o grupo de apresentação do protocolo do participante hipotético não credível

Fatores		Itens da Cena "Quarto"					
		Almofada	Baquetas	Jornal	Espelho	Persianas	Candeeiro
F1 ^c	<i>r</i>	-.004	.141	.071	-	-.029	.038
	<i>p</i>	.973	.245	.558	-	.814	.755
F2 ^c	<i>r</i>	-.011	-.011	.092	-	.017	.092
	<i>p</i>	.928	.928	.448	-	.892	.451
F3 ^c	<i>r</i>	-.252	-.194	-.049	-	-.012	-.044
	<i>p</i>	.035**	.108	.688	-	.923	.720
F4 ^c	<i>r</i>	-.004	-.084	.111	-	-.124	-.072
	<i>p</i>	.975	.487	.359	-	.307	.556
F5 ^c	<i>r</i>	-.153	-.040	.054	-	-.135	-.152
	<i>p</i>	.206	.741	.656	-	.266	.208
F6 ^c	<i>r</i>	.050	-.099	.000	-	-.224	-.043
	<i>p</i>	.684	.414	1.000	-	.062	.725

Fatores		Itens da Cena "Secretária"					
		Canetas	Planta	Fones	Agrafador	Dicionário	Calendário
F1 ^c	<i>r</i>	-.042	.115	.155	-.072	.115	-.082
	<i>p</i>	.729	.342	.201	.552	.342	.502
F2 ^c	<i>r</i>	-.007	-.007	-.007	.017	-.320	-.112
	<i>p</i>	.951	.951	.951	.892	.007*	.357
F3 ^c	<i>r</i>	-.092	-.198	-.171	-.070	-.013	.145
	<i>p</i>	.448	.101	.156	.564	.914	.231
F4 ^c	<i>r</i>	-.130	.089	.052	-.043	-.167	-.094
	<i>p</i>	.282	.465	.668	.725	.167	.439
F5 ^c	<i>r</i>	.030	-.008	-.047	-.092	.030	.030
	<i>p</i>	.805	.946	.702	.447	.805	.805
F6 ^c	<i>r</i>	-.168	-.034	-.034	.000	-.370	-.034
	<i>p</i>	.164	.782	.782	1.000	.002*	.782

^a Item relativo à cena da "secretária".

^b Item relativo à cena do "quarto".

^c F1 = Aspeto Comportamental; F2 = Ansiedade; F3 = Estatudo Intelectual; F4 = Popularidade; F5 = Aparência Física; F6 = Satisfação-Felicidade.

* Valores estatisticamente significativos no nível $p < .05$.

Anexo G – Correlação entre o efeito do contágio social, considerando cada item de contágio, e a desejabilidade social

Na Tabela 17 apresentam-se as correlações, bem como os respectivos níveis de significância estatística, entre cada item presente nos protocolos de contágio e a desejabilidade social.

Tabela 17. Correlação entre o efeito do contágio social e a desejabilidade social

Itens	Desejabilidade social			
	<i>r</i>	<i>p</i>		
Protocolo de Contágio do Participante Hipotético Credível	Cama	-.007	.956	
	Ventoinha	-.059	.628	
	Aspirador	.031	.801	
	Relógio	-.276	.021*	
	Cómoda	-.018	.883	
	Colônia	-.054	.659	
	Computador	-.164	.174	
	Fotografias	-.059	.628	
	Buzina	-.138	.255	
	Impressora	-.144	.233	
	Candeeiro ^a	-.123	.311	
	Agenda	-.129	.289	
	Protocolo de Contágio do Participante Hipotético Não Credível	Almofada	.021	.860
		Baquetas	.021	.860
Jornal		.151	.213	
Espelho		-	-	
Persianas		-.123	.311	
Candeeiro ^b		-.008	.945	
Canetas		-.011	.928	
Planta		.091	.454	
Fones		-.164	.175	
Agrafador		-.123	.311	
Dicionário	-.011	.928		
Calendário	.142	.241		

^a Item relativo à cena da “secretária”.

^b Item relativo à cena do “quarto”.

* Valores estatisticamente significativos no nível $p < .05$.